



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

*Contribuição para Aplicação da Legislação de Protecção do Património
Arqueológico em Moçambique: O Caso de Massingir.*

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural
da Universidade Eduardo Mondlane.

Por: Michael José Muchanga

Maputo, 2015

CONTRIBUIÇÃO PARA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DE MASSINGIR.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane por, Michael José Muchanga.

Departamento de Arqueologia e Antropologia
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: **Prof^a. Doutora Solange Laura Macamo**

Maputo, 2015

Júri:

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Data

___ / ___ / ____

RESUMO

É evidente o esforço empreendido pelas autoridades competentes (Ministério da Cultura e Turismo e Universidade Eduardo Mondlane) na protecção do património arqueológico em Moçambique. Contudo, apesar destes esforços o património arqueológico continua sendo vulnerável à destruição.

Este trabalho pretende analisar a legislação sobre a protecção do património arqueológico e contribuir para a sua aplicação, em Moçambique, através da proposta de um sistema de gestão. O estudo baseou-se nas experiências nacionais e internacionais de protecção de estações arqueológicas. Alguns exemplos mais conhecidos no país foram tomados em conta: as estações arqueológicas da Matola, Manyikení e Chibuene.

A discussão do problema centrou-se à volta das estações arqueológicas de Massingir, onde o estudo apresenta algumas das estratégias e sugestões para a protecção efectiva do património arqueológico.

Para que a protecção do património arqueológico seja eficaz e eficiente, neste trabalho, propõe-se um sistema de gestão que considera o envolvimento da sociedade.

Palavras-Chave: Legislação, Comunidades de Agricultores e Pastores, Massingir.

DECLARAÇÃO

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto as fontes e a bibliografia que utilizei”.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, José Salvador Muchanga (em sua memória) e Graciete Ernesto Simango.

AGRADECIMENTOS

São vários os intervenientes que estiveram por detrás deste sonho, que hoje se torna uma realidade. Sem querer ser injusto, é difícil cita-lo a todos. Em primeiro lugar gostaria de endereçar o meu obrigado ao meu tio António Salvador Muchanga, pelo apoio dado desde a minha infância.

Os meus agradecimentos são igualmente endereçados à minha supervisora, Prof^a. Doutora Solange Laura Macamo, pelo incentivo e na escolha do estudo de caso, mais concretamente as Estações Arqueológicas de Massingir.

Agradeço imenso ao corpo docente do DAA, pelos ensinamentos e partilha de experiências: Prof. Dr. Ricardo Teixeira Duarte, Prof. Dr. Hilário Madiquida (Chefe da Secção de Arqueologia do DAA), Dra. Yolanda Pinto, Dr. Milton Lampião que, com muito boa vontade me conduziram para a prática arqueológica à província de Inhambane, ensinando-me, pacientemente, as técnicas de escavação, no âmbito do Curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural. O esforço empreendido por eles e a troca de experiência possibilitada contribuiu directa e indirectamente para o sucesso deste trabalho.

O meu obrigado é estendido também aos meus colegas, pelos conselhos, apoio e atenção prestada no concernente a alguns aspectos do trabalho, concretamente a Cézar Mahumane, Celso Nhambe, Edson Guambe, Arsénio Chilengue e Orlando Gulube. Não pretendo esquecer os meus amigos que, em momentos difíceis, estiveram sempre presentes, Jaime Cuche, Cosme Sizoura, Moisés Malate, a quem, igualmente, assim como aos outros não mencionados, endereço os meus agradecimentos. A sua colaboração foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Às minhas tias Alda Machava e Lina Machava (em sua memória), aos meus primos Arsénio Muchanga, Naldo Muchanga, Badrudine Muchanga, pelo apoio financeiro em momentos que mais precisei. Aos meus irmãos Rosa, Hermínio e José Júnior, estendo o meu forte agradecimento. Igualmente endereço o meu muito obrigado a minha namorada Rosa Waise Guerra, acima de tudo pela paciência, amor e muito companheirismo nos momentos em que mais precisei.

Aos profissionais da DNPC, e em particular à Senhora Sájida Cassamo, que me facultaram diversos materiais de arquivo para consulta, assim como pelo estágio que me foi proporcionado sobre o processo de emissão de licenças para a realização de trabalhos arqueológicos, em território nacional, o meu obrigado.

SIGLAS

AD -Do latim *anno Domini*; ano do Senhor (*n.e* nossa era), para designar os anos depois do nascimento de Cristo

| | |
|---------------|--|
| AHM | Arquivo Histórico de Moçambique |
| ANE | Administração Nacional de Estradas |
| CEA | Centro de Estudos Africanos |
| DAA | Departamento de Arqueologia e Antropologia |
| DNPC | Direcção Nacional do Património Cultural |
| ICOMOS | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios |
| IF | Idade do Ferro |
| MC | Ministério da Cultura |
| NMMZ | Museus e Monumentos Nacionais do Zimbabwe |
| PA | Património Arqueológico |
| PC | Património Cultural |
| PCI | Património Cultural Imóvel |
| RSA | República Sul Africana |
| SAREC | Agência Sueca para a Cooperação Científica |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UEM | Universidade Eduardo Mondlane |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Localização das principais estações arqueológicas mencionadas no trabalho..... | 31 |
| Figura 2: Esquema ilustrativo do tipo de placas usadas para a identificação e protecção do PCI em Moçambique..... | 55 |
| Tabela 3: Principais acções que contribuem para a degradação do PA..... | 58 |
| Figura 4: Estação arqueológica da Matola..... | 59 |
| Figura 5: Estação arqueológica de Manyikeni..... | 60 |
| Figura 6: Estação arqueológica de Chibuene..... | 60 |
| Figura 7: Estação Arqueológica de Godje..... | 62 |
| Figura 8: Sistema de Gestão do Património Cultural..... | 63 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Cerâmica da estação arqueológica de Moguro..... | 32 |
| Tabela 2: Cerâmica da estação arqueológica de Marrenguele..... | 33 |
| Tabela 3: Cerâmica da estação arqueológica de Chinhangane..... | 34 |
| Tabela 4: Cerâmica da estação arqueológica de Nhancherwane..... | 35 |
| Tabela 5: Principais mecanismos de protecção do P.A..... | 47 |
| Tabela 6: Formulário da licença arqueológica..... | 50 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO..... | 0 |
| DECLARAÇÃO | 3 |
| DEDICATÓRIA | 4 |
| AGRADECIMENTOS | 5 |
| SIGLAS..... | 7 |
| Lista de Figuras..... | 8 |
| Lista de Tabelas | 8 |
| CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA | 14 |
| 1.2. RELEVÂNCIA DO TEMA | 15 |
| 1.3. HIPÓTESES..... | 15 |
| 1.4. OBJECTIVOS | 16 |
| 1.4.1. Geral | 16 |
| 1.4.2. Objectivos Específicos | 17 |
| 1.5. METODOLOGIA | 17 |
| CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA..... | 18 |
| 2.1. QUADRO LEGAL NACIONAL E INTERNACIONAL..... | 18 |
| 2.2. PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS | 21 |
| CAPÍTULO 3 – QUADRO CONCEPTUAL | 23 |
| a) Conceitos Chave..... | 23 |
| b) Conceitos operacionais | 25 |

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 4 - LEGISLAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM MOÇAMBIQUE | 27 |
| a) Período Colonial..... | 27 |
| b) Período Pós-colonial | 28 |
| CAPÍTULO 5 – AS ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS DE MASSINGIR NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO..... | 30 |
| a) Localização geográfica da Vila de Massingir | 31 |
| b) Localização das Estações | 31 |
| 5.1.História das Investigações em Massingir | 37 |
| 5.2. Descrição das Estações..... | 38 |
| 5.3. Aplicação da Arqueologia de Salvaguarda em Massingir | 40 |
| CAPÍTULO 6 – VALORES PATRIMÓIAIS E SIGNIFICADO CULTURAL DE MASSINGIR..... | 41 |
| PRIMEIRA PARTE: VALORES CULTURAIS | 42 |
| SEGUNDA PARTE: A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE MASSINGIR..... | 44 |
| TERCEIRA PARTE: ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO | 45 |
| CAPÍTULO 7 – MECANISMOS DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM MOÇAMBIQUE: CONCLUSÃO | 47 |
| 7.1. A Protecção do Património Arqueológico em Moçambique | 47 |
| 7.2. Concessão de Licenças..... | 49 |
| 7.3. O Inventário..... | 52 |
| 7.4.O Tombo do Património Cultural | 54 |

| | |
|--|----|
| 7.5. Documentação | 54 |
| 7.6. A Classificação..... | 55 |
| 7.8. A Educação Patrimonial..... | 57 |
| 7.9. Problemas da Protecção do Património Arqueológico em Moçambique..... | 57 |
| 7.10. Experiências de protecção e gestão do Património Arqueológico em Moçambique | 60 |
| a) Estação Arqueológica da Matola..... | 60 |
| b) Estação Arqueológica de Manyikení..... | 61 |
| c) Estação Arqueológica de Chibuene | 61 |
| 7.11. Proposta de Gestão e Protecção Efectiva do Património Arqueológico de Massingir..... | 62 |
| BIBLIOGRAFIA | 67 |

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

O património arqueológico de Moçambique consiste numa variedade de estações arqueológicas, nomeadamente: *estações arqueológicas a céu aberto, estações subaquáticas, grutas, cavernas, pinturas rupestres, ruínas madzimbabwe e swahili*, entre outras.

A constante destruição do património arqueológico no país suscitou o meu interesse em escrever sobre este tema, de forma a contribuir para a sua melhor protecção, usando a legislação existente. O presente trabalho visa mostrar os contornos para a protecção do património arqueológico, através da aplicação da legislação sobre a Protecção do Património Arqueológico em Moçambique. As *Estações Arqueológicas de Massingir*, onde as práticas de protecção têm sido seguidas continuamente, são usadas como exemplo.

Em Moçambique, como acontece noutros países, o património arqueológico constitui um dos bens do património cultural que está mais sujeito à destruição constante, quer devido aos programas descontrolados de desenvolvimento, quer por ignorância, ou indiferença. Isto poderia ser ultrapassado caso houvesse monitoramento, ou fiscalização rigorosa durante as inúmeras obras de construção e outras que impliquem a remoção do solo.

O Património Arqueológico é um recurso frágil e não renovável. Devido a este facto, há necessidade de aplicação dos mecanismos legais existentes, visando garantir a disseminação mais ampla de informação sobre o património arqueológico.

Apesar de existir legislação sobre o património cultural e arqueológico, em particular, em Moçambique, a questão da protecção de estações arqueológicas ainda é problemática. A lei, por si só, não garante a protecção e salvaguarda do património arqueológico. Para minimizar a situação, seria necessário que se aumentasse o nível de consciencialização social sobre o valor que o património arqueológico tem na nossa sociedade. Uma das formas para se alcançar este objectivo seria através da introdução nos programas de ensino matérias relacionadas com a arqueologia e gestão do património cultural, a partir do nível primário, secundário até o universitário.

As Estações Arqueológicas de Massingir forneceram informação relevante sobre dois períodos importantes do passado pré-colonial (Macamo & Risberg 2007, pp. 69-70) nomeadamente:

- *Comunidades de Caçadores e Recolectores* e;
- *Comunidades de Agricultores e Pastores*.

Neste âmbito, dado o potencial científico que essas estações arqueológicas fornecem, há necessidade de desenvolver estratégias que visam a sua protecção, usando a legislação. Contudo, para este trabalho serão interpretadas as evidências arqueológicas relacionadas apenas com as *Comunidades de Agricultores e Pastores*, dado que a maior parte de informação a que tive acesso trata desta temática.

O presente trabalho está dividido em sete capítulos, nomeadamente:

1. Introdução;
 2. Revisão da literatura;
 3. Quadro conceptual;
 4. Legislação do património arqueológico em Moçambique;
 5. Apresentação das estações arqueológicas de Massingir, no contexto da legislação de protecção do património arqueológico em Moçambique;
 6. Valores patrimoniais e significado cultural de Massingir;
 7. Mecanismos legais para a protecção do património arqueológico em Moçambique:
- Conclusão

1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Dada a inexistência de fontes escritas sobre o passado pré-histórico, em Moçambique, e por esse facto, há necessidade de preservarmos os vestígios materiais, através de acções concretas e efectivas de protecção e gestão do património arqueológico.

Os vestígios arqueológicos, ao lado de outros recursos do património cultural, são também um importante recurso para o ensino e prática do turismo cultural.

Massingir é um complexo arqueológico importante que fornece conhecimento sobre as *Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores* (Duarte, 1988; Morais 1888; Macamo & Machava 2011). Os vestígios arqueológicos encontrados em Massingir contribuíram para a interpretação dos modelos de povoamento no período de transição do Primeiro ao Segundo Milénio AD, e para a emergência do primeiro Estado em Mapungubwe (Hall 1987; Macamo 2006; Mapossa 2008).

Apesar da importância dada às estações arqueológicas de Massingir, pelas autoridades competente (Ministério da Cultura e Turismo - MCT e Universidade Eduardo Mondlane - UEM), a sua protecção ainda tem sido deficiente. Por exemplo, aquando dos trabalhos práticos de prospecção, no *Vale do Incomáti*, realizados durante a licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural, isto é, no segundo e terceiro anos da faculdade (2012-2013), fui observando os seguintes problemas:

- A situação da preservação e protecção das estações arqueológicas visitadas ainda constitui um desafio para o país;
- A arqueologia é encarada como um factor perturbador, sobretudo por algumas empresas do sector da construção;
- Há uma falta de comunicação do mundo académico, em particular os arqueólogos e os estudantes de arqueologia com a comunidade.

Os objectivos traçados foram definidos para responder a seguinte pergunta de partida: *Até que ponto a legislação do património arqueológico em Moçambique se faz sentir na protecção das estações arqueológicas?*

1.2. RELEVÂNCIA DO TEMA

A protecção, conservação e valorização do património arqueológico contribui para a afirmação da identidade cultural no contexto de outros povos e nações. Este património é visto como uma memória colectiva de todos nós.

As estações arqueológicas de Massingir constituem um arquivo de informação sobre o passado das *Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores* que habitaram na região, do primeiro ao segundo milénio AD. Os arqueólogos baseiam-se nesses arquivos, através das evidências materiais para conhecerem e comprovarem o modo de vida dessas Comunidades.

A protecção das estações arqueológicas é uma das formas viáveis de manter a nossa identidade cultural e de transmissão desse conhecimento às gerações vindouras.

O presente estudo visa contribuir e despertar o interesse pela preservação do património arqueológico, enaltecendo algumas das ferramentas e estratégias legais existentes. O tema torna-se nessa medida relevante dado o contributo que as estações arqueológicas de Massingir proporcionam para o conhecimento do passado pré-colonial relacionado com a emergência da criação de gado, factor que terá contribuído para o fortalecimento do Estado em Mapungubwe (Hall 1987, p.75; Macamo 2006, p. 89).

1.3. HIPÓTESES

As hipóteses que se levantam como forma de dar resposta à problemática da protecção do património arqueológico em Moçambique são as seguintes:

- A) O estabelecimento de um modelo de gestão do património arqueológico de forma a integrar as populações locais e ou os proprietários da área onde se encontra inserida a estação;
- B) A protecção do património arqueológico deve ser entendida como uma obrigação cívica da sociedade. Para tal deveria haver uma cooperação entre as autoridades governamentais, nomeadamente de investigação académica, empresas públicas e privadas no sentido de desenvolverem acções nas comunidades que visam proteger, conservar e valorizar o património arqueológico;
- C) O património arqueológico deve ser convertido num factor promotor do desenvolvimento local, através do turismo cultural, de modo a produzir riqueza para o país. O exemplo concreto é a musealização *in situ* ou as actividades de arqueologia experimental abertas ao público, mas com acompanhamento rigoroso de um arqueólogo, numa perspectiva de encontrar atractivos turísticos que conjugam a dimensão cultural com o entretenimento.

Seguindo o pensamento de (Netto 2008), a participação da comunidade no processo de protecção do património cultural pode ocorrer da seguinte forma:

- Pela participação da comunidade organizada em conselhos de cultura e em organismos que decidem os objectos materiais ou imateriais a serem preservados;
- A outra forma tem a ver com a utilização de mecanismos legais, tais como a acção popular para inibir algumas atitudes políticas que possam pôr em risco os valores de importância cultural definidos pela comunidade (Netto 2008, pp. 12-3).

1.4. OBJECTIVOS

1.4.1. Geral

- ❖ Analisar as formas de aplicação da legislação do património arqueológico em Moçambique.

1.4.2. Objectivos Específicos

- ❖ Mostrar o papel da legislação na protecção de estações arqueológicas em Moçambique;
- ❖ Identificar os mecanismos de protecção do património arqueológico;
- ❖ Explicar a importância da protecção do património arqueológico na construção de uma identidade cultural.

1.5. METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho, foi necessária, a definição de uma metodologia, que engloba quatro etapas:

Etapas 1: A primeira etapa consistiu em Levantamento Bibliográfico realizado nas seguintes unidades de informação: Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA – UEM), Biblioteca Brazão Mazula – (UEM), Arquivo Histórico de Moçambique – (AHM – UEM), Biblioteca do Centro de Estudos Africanos – (CEA – UEM), e sites da internet, onde foram obtidas revistas, artigos e relatórios científicos.

Etapas 2: A segunda etapa consistiu na Realização de entrevistas com a intenção de recolher depoimentos sobre a percepção pública do objecto em estudo. Porém, o grupo-alvo foram alguns professores do curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural e estudantes da mesma área que no ano de 2014 frequentavam o 4º ano. Esta técnica permitiu colectar dados suficientes sobre os prováveis processos de gestão das estações arqueológicas de Massingir para a sua efectiva protecção. As entrevistas consistiram na elaboração de um guião de questionário (perguntas) dirigidas aos docentes e aos estudantes do curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural.

Etapas 3: A terceira etapa consistiu na Interpretação, sistematização e compilação da informação proveniente das várias fontes úteis para a realização do trabalho. Nesta etapa recorreu-se ao método indutivo e interpretativo, onde a partir das informações colectadas houve a selecção e redacção das informações úteis sobre o tema.

Etapa 4: O teste sobre a emissão de licenças para a realização de trabalhos arqueológicos, em território nacional. Processo este, que culminou numa aprendizagem (estágio) sobre o processo de concessão de licenças arqueológicas e análise do livro de registo. A partir dessa análise tivemos um histórico sobre as autorizações dadas para pesquisas arqueológicas em Moçambique, desde 1994.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo é interpretada a legislação, em que são mencionados os principais documentos nacionais e internacionais que protegem o património cultural, em particular, o arqueológico. Portanto, a principal ferramenta será, a exploração das principais obras consultadas durante o estudo. A outra componente é a interpretação dos resultados do processo investigativo nas estações arqueológicas de Massingir, por diversos autores.

2.1. QUADRO LEGAL NACIONAL E INTERNACIONAL

Quanto ao quadro legal sobre o património cultural e arqueológico em Moçambique, temos um dos documentos clássicos que serve de referência sobre os estudos do património arqueológico, o Diploma Legislativo nº825 de 20 de Fevereiro de 1943, criado no período colonial com objectivo de proteger e salvaguardar o património da colónia de Moçambique. Este Diploma constitui, de facto, o primeiro documento formal sobre pesquisa e gestão dos recursos patrimoniais da colónia (Diploma Legislativo nº825, 1943).

A Lei nº10/88 de 22 de Dezembro de 1988, que surgiu da revogação do Diploma Legislativo n.º 825, define o património cultural moçambicano na sua diversidade, desde os bens tangíveis e intangíveis. Esta lei concebe o património arqueológico como uma componente do património cultural (Lei nº10/88, 1988, p. 13).

O Decreto n.º27/94 de 20 de Julho de 1994 constitui o regulamento específico da lei nº10/88 de 22 de Dezembro, para a protecção do património arqueológico. Este Decreto surgiu da necessidade do Estado Moçambicano formular um conjunto de regras para controlar as actividades de caça ao tesouro, ao longo da costa de Moçambique, assim como licenciar trabalhos de pesquisa arqueológica (Macamo 2006, p. 11). Entretanto, uma das formas para a preservação do património arqueológico é através do inventário e registo no livro de tombo (Decreto n.º27/94, 1994, p. 73).

A criação das leis nacionais sobre a protecção do património arqueológico é baseada em experiências internacionais, tais como, cartas da UNESCO e do ICOMOS. Estas por sua vez servem de referência em termos da legislação internacional.

A Carta de Atenas criada em 1931 constitui a primeira carta patrimonial publicada pela UNESCO e pelo ICOMOS. Este documento esclarece a importância de preservar o património cultural para humanidade, a necessidade de actuação conjunta por parte dos diversos países e a pertinência de ocupar os monumentos com usos que estejam de acordo com sua significância (Lacerda & Zancheti 2012, pp. 61-2).

Esta Carta incentiva a manutenção regular e permanente dos monumentos como forma de evitar as reconstituições. Ressalta ainda a importância de manter uma utilização dos monumentos como forma de retardar a degradação, privilegiando, sempre que possível, a função original. A divulgação e a educação patrimonial já são nessa carta entendidas como alguns dos meios mais eficazes para se atingirem os objectivos de conservação do património arqueológico (ibidem).

A Carta de Veneza (1964) é considerada a mais influente a nível patrimonial até os dias actuais. Nesta Carta, a noção de património é objecto de transformação e passa a ser ampliada do monumento isolado para os conjuntos urbanos até as modestas edificações de valor cultural (Lacerda & Zancheti 2012, p. 61), que podem, por vezes, englobar o património arqueológico (como é o caso de restos de habitação).

Sobre os trabalhos de escavação arqueológica recomenda-se que sejam efectuados de acordo com as normas científicas e com a "Recomendação definidora dos princípios internacionais a

aplicar em matérias de escavações arqueológicas", adoptadas pela UNESCO em 1956 (Funari & Domínguez 2005, pp. 8-9).

De igual modo, o estudo sobre a Carta de Restauro de 06 de Abril de 1972 – Itália, no seu anexo (A) *sobre Instruções para a salvaguarda e restauração dos objectos arqueológicos*, chama atenção sobre a necessidade do cumprimento das exigências particulares relativas à conservação e a restauração dos achados arqueológicos durante as prospecções terrestres e subaquáticas (Funari & Domínguez 2005, pp. 43-4).

A Carta de Burra (1999) elaborada pelo ICOMOS da Austrália, ainda que desenvolvida para atender às especificidades culturais australianas, é reconhecida como um documento fundamental também por outros países. A Carta de Burra pode ser considerada, a mais bem sucedida que a de Veneza, por ter incluído as dimensões sociais e culturais na conservação do património e por ter avançado mais em termos técnicos, trazendo definições claras e orientações mais precisas sobre o assunto (Lacerda & Zancheti 2012, p. 65, citando Rowney 2004). É uma Carta que está em contínuo processo de actualização, contando até agora com quatro versões (de 1979, 1981, 1988 e 1999).

Na Carta de Burra (1988) Austrália, é sustentada a ideia de que as técnicas de “*Conservação, Preservação, Restauro e Reconstrução*” devem ser precedidas de um estudo e que a remoção ou escavação arqueológica deve ser feita quando for necessário para a obtenção de dados indispensáveis.

A Carta de Lausanne (1990) defende que a protecção do património arqueológico não pode ser apenas baseada na aplicação de técnicas arqueológicas. Ela requer uma base mais alargada de conhecimentos e de competências profissionais e científicas. Alguns elementos do património arqueológico são componentes de estruturas arquitectónicas e nesses casos, devem ser protegidos de acordo com os critérios para a protecção de estruturas estabelecidas em algumas normas legislativas. Outros elementos do património arqueológico constituem parte de tradições vivas das comunidades passadas e para a protecção e preservação de tais sítios e monumentos, é essencial a participação dos grupos culturais actuais (ICOMOS 1990, p. 1).

Mais tarde, foram criados outros documentos legislativos ligados à protecção do património cultural e arqueológico tendo como destaque a Convenção sobre a Protecção do Património Subaquático/Paris – 2001. Esta Convenção foi criada com a intenção de garantir e reforçar a protecção do património cultural subaquático. Ela considera como prioridade a preservação *in situ* do património cultural subaquático e como primeira opção antes de ser autorizada ou iniciada qualquer actividade dirigida a este património (Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático 2001). Embora a Convenção destaque o património cultural subaquático, a mesma recomendação pode ser usada para o património arqueológico em terra.

2.2. PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS

No que tange aos primeiros estudos, referente às estações arqueológicas de Massingir é destacado o arqueólogo Ricardo Teixeira Duarte, concretamente na década de 1970 e foi o primeiro investigador a realizar escavações arqueológicas em Massingir, antes da Independência Nacional, numa equipa dirigida pelo Professor Soares de Carvalho (Duarte 1988, p. 61).

Segundo Duarte (1988, pp. 60-1), os resultados dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Massingir, entre 1972 e 1975, contribuíram para a compreensão do povoamento do Sul de Moçambique e consequente origem dos actuais grupos populacionais.

De acordo com as datações por C 14, a estação 1/72 é datada do século X, apresentando as mais antigas evidências de criação de gado em Moçambique. Afirma ainda o autor que, uma sociedade de criadores de gado e de agricultores esteve estabelecida na região de Massingir, segundo as variações nas características da olaria encontrada nas estações 1/72 e 2/75 (*ibidem*).

Citando ainda Duarte (1988), a investigação arqueológica em Massingir aconteceu num momento em que Moçambique dava início ao processo de investigação científica mais sistemática, permitindo de *grosso modo* esmiuçar resultados satisfatórios sobre o período da Idade do Ferro no país.

No entanto, na perspectiva de Solange Macamo (2006, pp. 61-2), Massingir é também visto como um lugar privilegiado em relação à “Revolução do Gado”, para a formação do Estado de Mapungubwe. A autora refere-se aos lugares privilegiados, segundo as seguintes características (Ibidem):

- i. (...)“A existência de uma vasta área, ilustrando a prática da agricultura, em combinação com a prática da pastorícia;
- ii. O comércio regional entre Massingir e Phalaborwa;
- iii. Os contactos comerciais ligando o interior com a costa do Oceano Índico” (...)

Macamo & Machava (2011) fazem um estudo de análise cerâmica baseado no método comparativo, método este aplicado nas estações localizadas na região sul de Moçambique, e que já foi desenvolvido por Sinclair e Morais. Na base do uso deste método comparativo para a análise dos motivos decorativos da cerâmica Macamo & Machava constataram que, há uma similaridade entre as estações de Nhancherwane e Moguro (Macamo & Machava 2011, pp. 4-6).

De acordo com o estudo feito nas estações arqueológicas de Marrenguele, Nhancherwane, Moguro e Chinhangane a análise cerâmica nestas estações remonta desde a fase de transição do primeiro ao segundo milénio AD (Macamo *et al* 2011, pp. 2-3). Este período ilustra o desenvolvimento de construções de amuralhados, em que aparecem aldeias semi-permanentes ou permanentes com habitações redondas, construídas de paus cobertos de argila, agricultura de cereais e respectivos instrumentos de trabalho, celeiros, trabalho de metais (ferro, cobre, ouro) e fabrico de olaria (Macamo & Machava 2011, p. 8; Cruz & Silva 1978, p. 2).

Lindomar André (2011) afirma que as investigações arqueológicas feitas em Moçambique, muitas das vezes não obedecem o processo de inventariação, criando, nessa óptica, uma deficiência na protecção do material arqueológico. O autor faz uma análise dos diferentes modelos de inventariação já implementados e constatou que não apresentam homogeneidade. Ele mostra como um dos exemplos de uma inventariação recente, a estação arqueológica de Marrenguele, no ano de 2008.

CAPÍTULO 3 – QUADRO CONCEPTUAL

Neste capítulo apresento e discuto os principais conceitos que orientam o presente trabalho: Conceitos Chave. Conceitos Operacionais.

a) CONCEITOS CHAVE

1. Estação Arqueológica a Céu Aberto

Normalmente são designadas estações arqueológicas a céu aberto ou ao ar livre aquelas que apresentam grandes sequências estratigráficas (indicadores de prolongados períodos de habitação) ou aquelas que apresentam um número reduzido de artefactos. As estações arqueológicas a céu-aberto são diferenciadas das estações localizadas em grutas ou abrigos rochosos. O exemplo de uma estação a céu-aberto é a estação Arqueológica da Matola (Macamo 2003b, p. 34).

2. Estação Arqueológica Subaquática

De acordo com a Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático, (2001), uma estação arqueológica subaquática é definida como sendo “todos os traços de existência humana tendo um carácter cultural, arqueológico ou histórico, que tenham estado parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente, durante pelo menos 100 anos”.

3. Gruta ou Caverna

Segundo o Dicionário Geológico-Geomorfológico (2003, p. 118), o termo *Gruta e Caverna* são a mesma coisa. A gruta ou caverna podem ser naturais ou artificiais, normalmente estes locais contem informações sobre o passado da humanidade, são lugares que o homem usava para a sua habitação, então constituem um dos lugares mais investigados por Arqueólogos. Em Moçambique, como exemplo, temos a Gruta de Changalane, na província de Maputo (Meneses 1998, 1999; Guerra 2003; Macamo 2003b, p. 37).

4. Madzimbabwe

O termo *Madzimbabwe* designa, em língua Shona, casas de pedra ou cercado de pedra em língua Shona. Geralmente é composta por granitos, sobrepostas sem argamassa a uni-las, e que tinham como função delimitar a zona onde viviam os chefes, como símbolo de poder e de prestígio. Temos como exemplo de madzimbabwe, o amuralhado de Manyikeni, em Moçambique (Macamo 2003b, p. 13-14; Jopela 2014, p. 17; Morais & Sinclair 1980; Sinclair 1987; Macamo 2006, 2011).

5. Património Arqueológico

O património Arqueológico é entendido como sendo o conjunto dos bens móveis e imóveis de valor arqueológico, paleontológico, antropológico ou geológico, relacionados com as gerações antepassadas, encontradas por meio de descobertas fortuitas, prospecções ou escavações arqueológicas, bem como os que venham ainda a ser descobertos ou escavados. O património arqueológico inclui ainda os estudos, registos e resultados de análises laboratoriais ou outros provenientes de prospecções e escavações arqueológicas (Decreto nº 27/94 p.2). Segundo Delforge (2003) o Património Arqueológico (PA) é uma especialidade do património cultural que se constitui em um conjunto de locais e objectos arqueológicos definidos por lei. De modo geral, o Património Arqueológico é constituído pela parcela do registo arqueológico que se reveste de significado para a história dos povos formadores da nação e da humanidade como um todo (Delforge 2003, pp. 2-4).

6. Pinturas Rupestres

O termo *Pinturas Rupestres* possui várias designações, (ora Arte Rupestre ou ainda Gravura Rupestre) – é um conjunto de manifestações artístico-simbólicas representadas nas paredes e tectos de cavernas, grutas e abrigos rochosos, normalmente usa-se o ocre para a sua execução (gordura vegetal e sangue de animais) (Macamo 2003b, p. 17-19; Jopela 2006, 2007, 2010a, 2010b, 2014, p. 15; Saetersdal 2004).

b) CONCEITOS OPERACIONAIS

1. Arqueologia de salvaguarda

(...) “são os trabalhos arqueológicos destinados ao estudo imediato e protecção de elementos e estações arqueológicas ameaçadas de destruição” (Decreto 27/94, 1994, p. 72). Na minha percepção, a arqueologia de salvaguarda, é uma especialidade de arqueologia virada para a recuperação e valorização do património arqueológico.

2. Bens classificados do património cultural

Segundo a Lei n.º 10/88 (1988, p. 13), “ *Bens classificados do património cultural* são aqueles bens culturais que sendo de valor excepcional gozam de uma protecção especial por parte do Estado. De acordo com a mesma lei (...) “a classificação ou a anulação da classificação de bens do património cultural compete ao Conselho de Ministros”.

3. Conservação

Conservar implica guardar em segurança ou *preservar* o presente estado do bem patrimonial das destruições ou mudanças. Nesta dimensão do conceito, a conservação implica vários tipos de tratamento com vista, por exemplo, a *manutenção* ou *reparação* de edifícios, estações arqueológicas ou cidades históricas. O objectivo da conservação é preservar para o futuro, manter ou recuperar as condições originais de um imóvel, garantindo a integridade dos objectos ou estruturas que dele fazem parte (Resolução nº12/2010, p. 7).

4. Documentação

A documentação é um meio através do qual esse conhecimento é gravado, recolhido e armazenado. É também a base de tudo que vai para a divulgação em apresentações, documentários de televisão. De acordo com (Paul 2005, p.14), documentação é toda a informação necessária para planear a conservação e para compreender em primeiro lugar a herança que é o pré-requisito para iniciar qualquer projecto e em seguida toda a informação que é necessária para identificar os problemas e compreender os materiais e evidências físicas. A

documentação não é só simplesmente para a comunidade de conservação, mas também serve para o público mais amplo e por sua vez ajuda na preservação.

Documentar significa juntar e integrar o maior número disponível de informação considerada importante para o património (Jopela 2014, p. 26).

5. Gestão

A *gestão* é entendida como sendo “todo o processo que visa não só cuidar do local (monumento, estação arqueológica, paisagem e sua área circundante), incluindo os bens culturais tangíveis e intangíveis associados, como também reter e manter o seu significado cultural, ou seja, todos os valores que são atribuídos ao património pelos grupos interessados ou afectados” (Jopela 2014, pp.7-8 citando Ndoro 2001).

6. Protecção do Património Arqueológico

A *Protecção* em si é entendida segundo, ICOMOS na sua carta de 1990, sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, como sendo um conjunto de actividades que visam combater ameaças de destruição ao património cultural postas por actividades incompatíveis a esta, como é o caso da exploração comercial e especulação do património cultural. Por outra, a protecção garante que o património cultural seja do proveito de muitos (ICOMOS 1990, p. 2).

O (ICOMOS 1990) considera que a protecção do património arqueológico deve basear-se no conhecimento, o mais completo possível, da sua existência, extensão e natureza. Portanto, a UNESCO concebe o conceito de protecção, na perspectiva de todos os bens de valor excepcional que estejam em ameaças por causa de acções humanas impulsionadas por evolução da vida social e económica, e outros fenómenos naturais (Convenção da UNESCO para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural 1972, p. 3).

A Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático (2001) garante a protecção efectiva do património arqueológico subaquático, mesmo que a nação onde o bem do património esta inserido não tenha recursos, através da assistência e cooperação internacional que os estados membros da UNESCO podem ter. Moçambique ainda não aderiu à esta Convenção.

7. Tombo do Património Cultural

A expressão toambo deriva do verbo toambar que significa arrolar ou inscrever, o termo veio do direito português. É sacramentado com o registo no Livro do Tombo, que na verdade são vários livros, dependendo do tipo de toambo, como por exemplo Tombo Arqueológico, Histórico ou das belas artes (Dicionário da Língua Portuguesa 1998).

O toambo é um acto administrativo realizado pelo poder público, com o objectivo de preservar um determinado bem do património cultural importante para comunidade, através da lei e ao mesmo tempo impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Somente é aplicado o toambo na preservação da memória e referências colectivas, não sendo possível utiliza-lo como instrumento de preservação de bens que sejam de interesse individual.

CAPÍTULO 4 - LEGISLAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM MOÇAMBIQUE

Neste capítulo são abordados os aspectos ligados à legislação do património arqueológico em Moçambique, desde o período colonial até ao presente. A legislação do Património Cultural orienta a realização de trabalhos arqueológicos, de forma a ser garantida a protecção do património arqueológico, em território nacional.

a) Período Colonial

Os primeiros passos para legislar o património arqueológico deram-se no período colonial, através da adopção do Diploma Legislativo n.º825 de 20 de Fevereiro, em 1943, pelo então governo da colónia de Moçambique. O interesse pela protecção do património arqueológico e histórico da colónia deveu-se pelo facto de se ter registado, no momento, uma grande perda do património de grande valor, bem como a exportação de bens patrimoniais (Diploma Legislativo n.º825, 1943).

De entre as primeiras publicações sobre bens culturais imóveis em Moçambique, figura o *Boletim Oficial* e a *Revista Monumenta* da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas criados também em 1943. Estes documentos constituem uma fonte de referência sobre o período colonial, no que concerne ao património cultural e arqueológico, em particular.

A criação da Comissão de Monumentos tinha como objectivos gerais “conservação, promoção e valorização do património, como testemunho de veneração pelo esforço colonizador das gerações passadas, quer como meio da cultura arqueológica e histórica quer como motivo de interesse turístico” (DAA 1980, p.1).

De entre as várias funções atribuídas à Comissão dos Monumentos figuram as seguintes: investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico e histórico e promover a sua propaganda cultural e turística (DAA 1980:1 ; Diploma Legislativo nº825, 1943, pp. 64-5).

b) Período Pós-colonial

No período pós-colonial destaca-se a Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro de 1988, que determina a “*Protecção Legal dos Bens Materiais e Imateriais do Património Cultural de Moçambique*”, embora acerca do património arqueológico ocupe uma pequena parte. No âmbito dessa lei, o Estado moçambicano assume, entre outras, a responsabilidade por “promover através dos órgãos locais a protecção, conservação, valorização e revitalização de bens classificados situados no âmbito territorial integrando as referidas medidas nos seus planos de actividades”(…) “promover acções que visem atribuir a cada bem classificado uma função que o integre na vida social, económica, científica e cultural da comunidade”; (...) “estimular a fruição do património cultural e a participação popular na protecção e conservação dos bens culturais” (Lei nº 10/88, 1988).

Posteriormente, como formar de dar melhor relevância às estações arqueológicas, e coordenar a realização de trabalhos arqueológicos, foi publicado o Decreto nº.27/94 de 20 de Julho de 1994. Este regulamento define os principais conceitos relativos à arqueologia e faz menção aos

procedimentos para obtenção de uma licença para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional. Depois da aprovação do Decreto n.º 27/94 de 20 de Julho de 1994, segue o Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios compilado em 2003 e as Normas para Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios (Macamo 2003b), que veio consolidar melhor o conhecimento e procedimentos legais para a protecção do património cultural e arqueológico.

De referir que a Constituição da República, sobre os bens da propriedade do Estado e do domínio Público declara que, (...) “todos os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva são propriedade do Estado” (Constituição da República 2004, pp. 28-29). São alguns elementos que constituem o domínio Público do Estado os seguintes:

- A zona marítima;
- O Património Arqueológico;
- As zonas de protecção da natureza;
- As jazidas minerais; e
- Os demais bens como tal classificados por lei.

Recentemente, em 2010 foram aprovadas duas políticas, a de Museus e de Monumentos. A Resolução 11/10, de 2 de Junho que aprova a *política dos Museus*, e tem por objecto a preservação e valorização dos bens móveis do património cultural de Moçambique. Esta política aplica-se aos bens móveis do património cultural relevantes para a compreensão da história de Moçambique, assim como sobre a sua pré-história largamente conhecida através de vestígios arqueológicos.

A Resolução 12/10, de 2 de Junho que aprova a *política dos Monumentos*, tem como âmbito de acção os bens imóveis do Património cultural criados ou integrados na história de Moçambique. O seu principal objectivo é promover a valorização, preservação e fruição do património cultural Moçambicano, usando os monumentos, conjuntos e sítios como fonte de Identidade Nacional. Na presente resolução estão formulados os princípios orientadores com vista a garantir a

preservação e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios (estações arqueológicas e locais históricos).

Praticamente, todos os países têm uma legislação específica de protecção do seu património cultural e especificamente, o património arqueológico. Muitos desses instrumentos legais partem de documentos firmados internacionalmente, conhecidos como Cartas Patrimoniais (Najjar 2010, p. 6).

As políticas de preservação do património arqueológico, em Moçambique estiveram especificamente restritas às acções das entidades governamentais. A respeito do património arqueológico Funari (1998, p. 16) propõe duas medidas para o melhor desenvolvimento dessas acções e conhecimento pela comunidade: “*o desenvolvimento das instituições arqueológicas académicas e o desenvolvimento de uma legislação preservacionista do património arqueológico*”.

Jopela (2012, p. 6 citando Macamo 2003a) afirma que a protecção legal, baseada na legislação e normas que possam ser implementadas, visa garantir a defesa contra intervenções prejudiciais e estabelecer as respectivas penalizações.

CAPÍTULO 5 – AS ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS DE MASSINGIR NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO¹

O presente capítulo está dividido em quatro partes. Da primeira à segunda parte será feita a apresentação das estações arqueológicas de Massingir, incluindo a sua localização, história de investigação e descrição. No âmbito das investigações efectuadas pelos arqueólogos, serão interpretadas as características da cerâmica nelas encontrada e das suas similaridades com outras tradições cerâmicas. Por último, quarta parte descreve como foi implementada a arqueologia de salvaguarda em Massingir.

¹ Agradeço ao Dr. José Monteiro o contributo na descrição da olaria contida nas tabelas.

a) Localização geográfica da Vila de Massingir

A Vila de Massingir fica a cerca de 240 km da Cidade de Maputo e a 45 km da fronteira com a República da África do Sul, concretamente na região do “Kruger Park”. Ela situa-se à norte da província de Gaza, onde é limitada pelo distrito de Chicualacuala, a Sul pelo distrito de Magude (da província de Maputo), a Leste pelos distritos de Mabalane e Chókwé e a Oeste pela República da África do Sul (Ministério da Administração Estatal 2005, pp. 2-3; Macamo & Risberg 2007, p. 67).

b) Localização das Estações

As *Estações Arqueológicas de Massingir* encontram-se localizadas no distrito de Massingir, concretamente, no rio dos Elefantes, afluente do rio Limpopo, perto da fronteira com a África do Sul (Duarte 1976, p. 2; Ministério da Administração Estatal 2005, pp. 2-3).

Massingir é, neste trabalho, uma designação de várias estações arqueológicas, que contemplam a presença de espólios que vão da Idade da Pedra inferior à Idade do Ferro ou Comunidades de Agricultores e Pastores (Macamo 2003b, p.48 ; Macamo & Risberg 2007).

As estações de Massingir foram codificadas de acordo com o ano da sua descoberta, por exemplo, a primeira estação foi descoberta em 1972, e tomou o código 1/72, de seguida em 1975 descobriram-se duas estações que tomaram os códigos 2/75 e 4/75 (Macamo, comunicação pessoal).

As estações (1/72 e 2/75) encontram-se perto do rio dos Elefantes a cerca de 5 km da vila de Massingir. A estação (1/72) está localizada na margem direita do mesmo rio, a (2/75) na margem esquerda e a estação (4/75) está na região de Mongue, a cerca de 40 km de Massingir (Duarte 1975, p. 1 ; Macamo & Machava 2011, p. 114) (Figura 1).

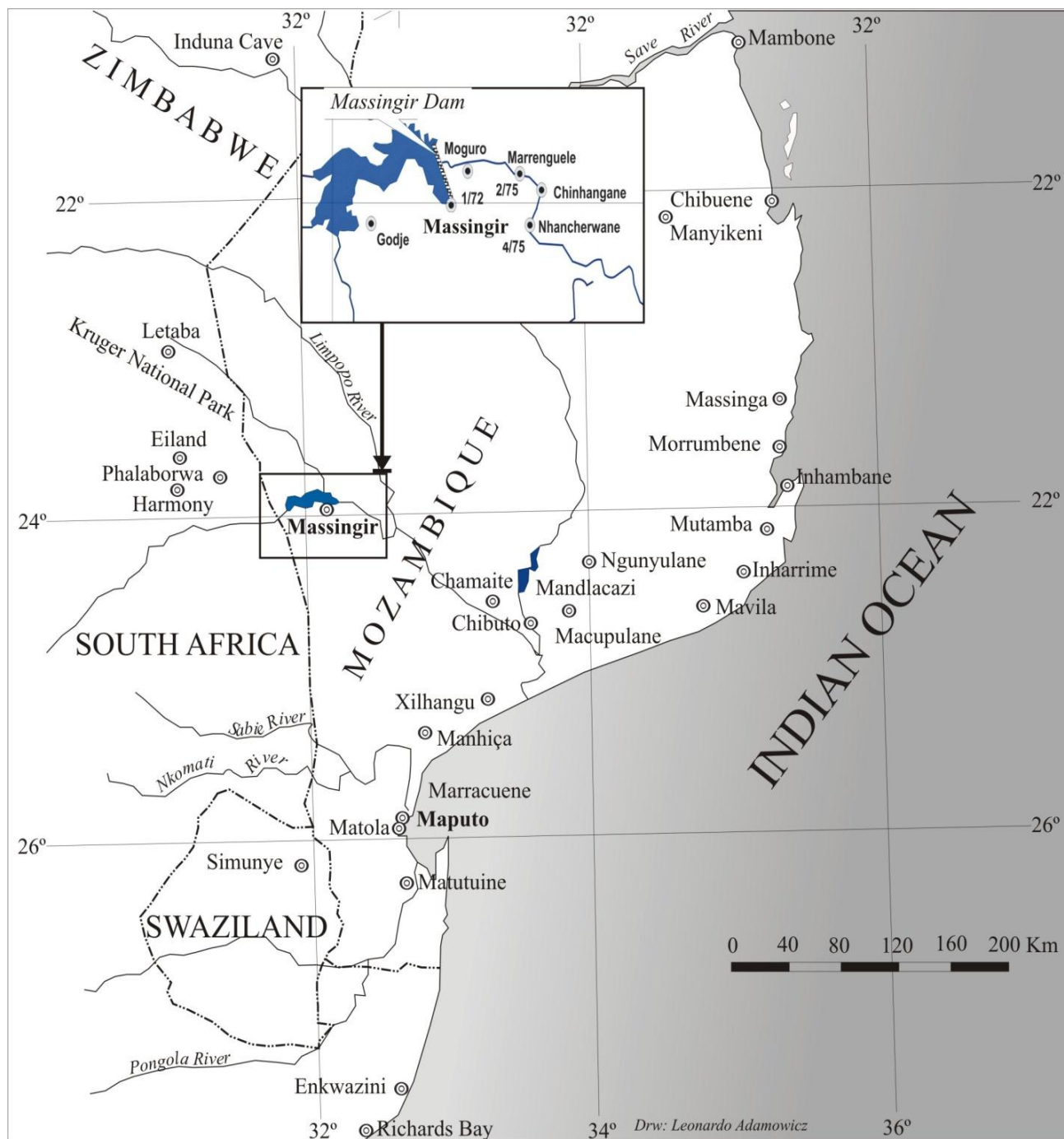


Figura 1: Localização das principais estações arqueológicas mencionadas no trabalho, *In* Macamo & Machava (2011).

É de referenciar que as estações arqueológicas 1/72 e 2/75 já foram inundadas, a provável existência aponta a estação 4/75 que se encontra sediada na região de Mongue em Massingir.

No distrito de Massingir foram descobertas as quatro novas estações em 2006 pela Arqueóloga Solange Macamo, nomeadamente: Moguro, Marrenguele, Chinhangane e Nhancherwane.

i. Moguro

A estação arqueológica de Moguro encontra-se localizada numa colina e dista cerca de 5 km do rio dos Elefantes (23° 53' 52.7" S 32° 11' 16.7" E). Abaixo da colina há um campo cultivado e aparecem na superfície sedimentosa, cacos de cerâmica. A cerâmica recolhida nesta estação apresenta a seguinte decoração: 1. *Pontos de Incisão estampados*; 2. *Incisões em Bandas diagonais*. Quanto à forma da cerâmica, apresenta: 1. *Tigelas esféricas com fundo e borda redonda*; 2. *Tigela sem aro e com forma ligeiramente vertical*; *Tigela com lábios em forma de quadrado e vertical* (Macamo & Risberg 2007, p.67; tradução de Ramildo Muchanga).

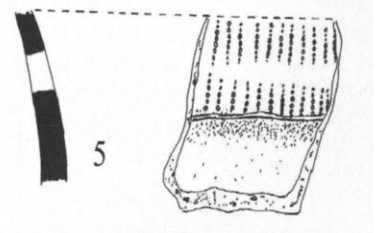
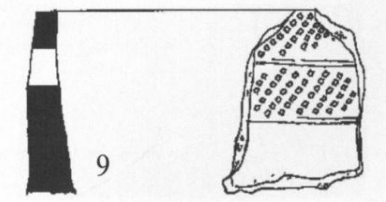
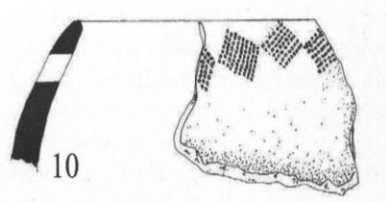

| Cerâmica | Decoração | Forma |
|---|---|---|
|  | Pontos em painel formando linhas verticais. | Tigela com perfil invertido com lábios em forma cônica |
|  | Pontos formando dois painéis com linhas diagonais | Tigela com perfil vertical e lábios em forma de quadrado. |
|  | Pontos de incisão estampados, formando quadrados | Tigelas esféricas com fundo e borda redonda |
|  | Incisões em bandas diagonais | Tigela sem lábios e com forma ligeiramente vertical |

Tabela 1: Cerâmica da estação arqueológica de Moguro (In Macamo & Machava, 2011).

i. Marrenguele

A estação arqueológica de Marrenguele encontra-se localizada em frente do rio dos Elefantes (23° 54' 05.8" S 32° 15' 26.2" E). Na estação há uma estrada, evidenciando a destruição directa do material. Quando à decoração da cerâmica, a estação apresenta: 1. *Linhas de Incisões cruzadas*; 2. *Incisões em espinha de peixe*; 3. *Linhas de Incisão a diagonal*. Quanto à forma a cerâmica de Marrenguele apresenta: 1. *Lábios cónicos e pescoço revirado*; 2. *Lábios redondos e pescoço vertical*; 3. *Pescoço revirado e borda achatada*; 4. *Tigela funda com borda redonda*; 5. *Lábios em forma de quadrado e forma cilíndrica*; 6. *Lábios com forma cónica e forma invertida*; 7. *Lábios em forma de quadrado e forma arrebitada*; 8. *Pote em forma de saco e lábios com forma redonda*; 9. *Lábios com forma redonda e forma arrebitada*; 10. *Tigela esférica e borda achatada* (pp. 67- 68 ; tradução de Ramildo Muchanga).

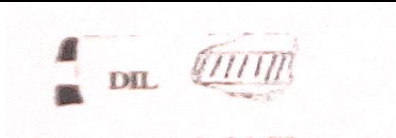
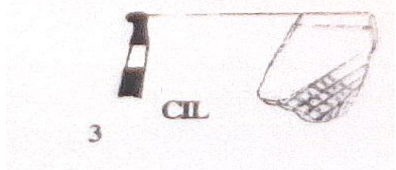
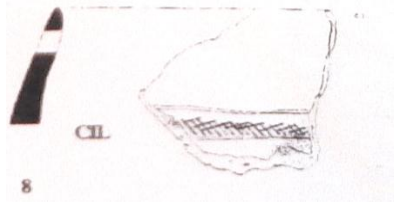
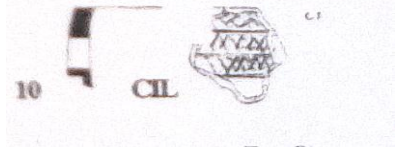
| Cerâmica | Decoração | Forma |
|---|------------------------------|--|
|  | Incisões em linhas diagonais | Pescoço revirado e borda achatada |
|  | Incisões em linhas cruzadas | Lábios cónicos e pescoço revirado |
|  | Incisões em linhas cruzadas | Pote em forma de saco e lábios com forma redonda |
|  | Incisões em linhas cruzadas | Tigela esférica e borda achatada |

Tabela 2: Cerâmica da estação arqueológica de Marrenguele (*In* Macamo & Risberg, 2007).

ii. Chinhangane

A estação arqueológica de Chinhangane foi descoberta através de relatos orais sobre a presença Nguni no local. A estação fica localizada a 600 m do rio dos Elefantes (23° 54' 25.8" S 32° 17' 15.8" E). Quanto à decoração da cerâmica, a estação apresenta: 1. *Impressões em pontos Zigzag*; 2. *Linhas de incisão*. Quanto à forma, apresenta: 1. *Lábios com forma quadrada e pescoço revirado*; 2. *Lábios com forma quadrada e pescoço arrebitado*; 3. *Tigela esférica e lábios com forma quadrada*; 4. *Lábios com forma redonda e forma invertida* (p.70; tradução de Ramildo Muchanga).




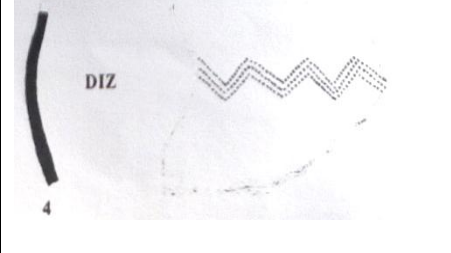
| Cerâmica | Decoração | Forma |
|---|---|--|
|  | Linhas em incisão | Lábios com forma quadrada e pescoço revirado |
|  | Incisões com motivos de espinha de peixe | Lábios com forma quadrada e pescoço arrebitado |
|  | Incisões em pontos formando linhas Zigzag | Tigela esférica e lábios com forma quadrada |
|  | Incisões em pontos formando linhas Zigzag | Forma invertida e lábios arredondados |

Tabela 3: Cerâmica da estação arqueológica de Chinhangane (In Macamo & Risberg, 2007).

iii. Nhancherwane

A estação de Nhancherwane encontra-se localizada a leste da vila de Marrenguele (23° 55' 03.2" S 03.2° 15' 36.4" E) e estende-se num campo de prática agrícola do sector privado. A estação exibe um grande número de material à superfície, incluindo cerâmica decorada e estruturas de *Dhaka*. Quanto à decoração da cerâmica recolhida nesta estação, apresenta: 1. *Incisões em bandas diagonais*; 2. *Estampa de concha em faixas diagonais*; 3. *Pontos estampados num painel*; 4. *Incisões com motivos de espinha de peixe*; 5. *Linhas de incisão cruzadas*; 6. *Linhas de incisão a diagonal*. Quanto à forma, a cerâmica reunida apresenta: 1. *Lábios em forma de quadrado e pescoço inclinado*; 2. *Lábios em forma de quadrado e pescoço vertical*; 3. *Tigela esférica e borda achatada*; 4. *Lábios em forma de quadrado e forma invertida*; 5. *Lábios com forma redonda e provavelmente pote sub-esférica*; 6. *Lábios com formato cónico e pescoço vertical*; 7. *Lábios com formato quadrado e forma revirado* (p. 80; tradução de Ramildo Muchanga).

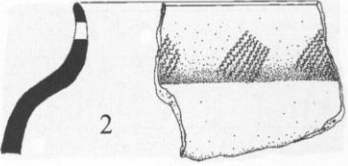
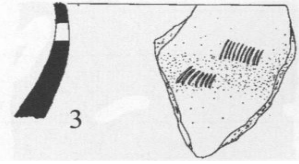

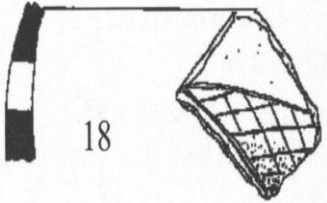
| Cerâmica | Decoração | Forma |
|---|--|--|
|  | Estampa de concha em faixas diagonais | Lábios em forma de quadrado e pescoço vertical |
|  | Incisões em bandas diagonais | Lábios em forma de quadrado e pescoço inclinado |
|  | Incisões com motivos de espinha de peixe | Lábios em forma de quadrado e forma invertida |
|  | Linha de incisões cruzadas | Lábios com forma redonda e provavelmente pote sub-esférica |

Tabela 4: Cerâmica da estação arqueológica de Nhancherwane (In Macamo & Machava, 2011).

5.1. História das Investigações em Massingir

O pioneiro das investigações em Massingir foi o arqueólogo Ricardo Teixeira Duarte, em 1970, data da identificação do potencial arqueológico da região de Massingir (Duarte comunicação pessoal). Ele identificou cerca de três (3) estações, nos anos subsequentes, nomeadamente 1/72, 2/75 e 4/75. Foi nestas estações arqueológicas onde os arqueólogos fizeram as primeiras revelações da Idade de Ferro, ou seja das Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores em Moçambique (Duarte 1974).

Segundo (Duarte 1974), foi na década 70 que se deu início às primeiras investigações sistemáticas, posteriormente, estes estudos beneficiaram do financiamento da Agência Sueca SIDA-SAREC, que ajudou na descoberta e estudo de algumas estações importantes: Massingir, Matola e Manyiken (Duarte 1988, pp. 60-3). O estudo destas estações foi importante para a compreensão dos povoamentos do sul de Moçambique (p.61).

Entre 2006-2008 a arqueóloga Solange Macamo desenvolveu um estudo nas estações arqueológicas de Moguro, Marrenguele, Chinhangane e Nhancherwane, no âmbito do projecto da Rede de Arqueologia Africana (A.A.N.), financiado pela SIDA-SAREC (Macamo & Machava 2006). Este trabalho consistia em dar continuidade aos trabalhos anteriores, assim como fornecer formação em pesquisas arqueológicas de campo aos estudantes do curso de História da Universidade Eduardo Mondlane.

“Este trabalho foi dividido em três fases. A primeira fase foi iniciada em Janeiro de 2006, com o objectivo de fazer um levantamento arqueológico (Mapossa, 2006). A segunda fase, realizada em Junho de 2006, consistiu na realização de uma pequena escavação em Marrenguele e Chinhangane. Durante a terceira fase, em Julho de 2006, realizaram-se mais sondagens e escavação de trincheiras nos mesmos locais (Machava 2006). Relatórios detalhados e outros aspectos deste trabalho constituem parte das dissertações de mestrado pelos estudantes de história da Universidade Eduardo Mondlane, Joaquim Mapossa e Benedito Machava”

(Macamo & Risberg 2007, p. 67; tradução de Ramildo Muchanga).

5.2. Descrição das Estações

As amostras de cerâmica encontradas durante as primeiras escavações em Massingir mostraram semelhanças às de Mapungubwe (Hall 1987, p. 75 Macamo 2006, p.96). Supõe-se que, possivelmente, uma origem comum da tradição de cerâmica. A fase de transição do primeiro ao segundo milénio nas estações arqueológicas de Massingir decorre no século X AD, e foi caracterizada pelo desenvolvimento dos compartimentos de prestígio da elite de pedra e a prática da pastorícia, evidências existentes também em Mapungubwe (Segobye, comunicação pessoal).

As estações de Massingir são consideradas uma manifestação tardia da tradição Lydenburg relacionada com o período de transição das primeiras às Comunidades Tardias de Agricultores e Pastores (Duarte 1976; Macamo 2006, p. 74). Porém, a Tradição Lydenburg foi banida da África do Sul (Benjamin Smith, comunicação pessoal)

No momento em que se iniciaram os trabalhos de escavação em Massingir, os vestígios arqueológicos encontravam-se praticamente à superfície do solo, devido à degradação do solo pela erosão.

Nas estações (1/72, 2/75), o solo é argiloso, à sua proximidade do rio, e é evidente o arrastamento dos vestígios arqueológicos. A estação 1/72 apresenta as mais antigas evidências em Moçambique de criação de gado bovino (Duarte 1988, p.61). Nesta estação ocorre a presença de *missangas de cobre importadas* evidenciando a existência de comércio regional, provavelmente com Palaborwa, no interior da RSA. (Duarte 1976, pp.2-3).

Em termos de evidências, na estação 2/75 há ocorrência de *missangas de vidro e conchas marinhas*, que mostram a integração posterior desta sociedade no sistema comercial internacional através do Oceano Índico. Foi ainda descoberta uma série de *cascas de ovos de avestruz* e *instrumentos líticos de fabrico local* (Morais 1987; Duarte 1988, p. 61).

As estações (1/72 e 2/75) apresentam uma dispersão de *vestígios de dhaga*² resultante de restos de estruturas, assim como um *depósito de argila aluvial* (matope), bastante favorável para a prática de agricultura. Até ao momento em que decorreu a investigação, as estações eram usadas

² Termo *Nguni* que designa o barro com que se pavimentam as habitações (Macamo 2011, citando Beach 1980).

pelas comunidades locais para o cultivo de várias culturas (Duarte, 1975 Morais 1987, pp. 114-115).

O espaço em que se encontra a estação (4/75), foi lavrado e cultivado várias vezes, por isso é quase impossível encontrar vestígios de *dhaga* ainda intactos. Há presença de um depósito fluvial de argila tendo sido encontrados *pedaços de loiça, ossos* e objectos diversos, especialmente *grânulos* (minerais muito minúsculos). Foram também encontrados espalhados à superfície e *ferramentas de pedra*, alguns deles pertencentes à indústria Achaulense (Duarte 1976, Morais 1987; Meneses 1999).

A cerâmica recolhida nas estações (1/72 e 2/75), apresenta as características da tradição Phalaborwa. Segundo (Duarte 1975 citando Van der Merwe & Scully 1971) Phalaborwa apresenta vasos globulares pouco extrovertidos na borda e tigelas esféricas com linhas rectas na borda.

Segundo (Duarte 1976, p.7 citando Mike Everss) a cerâmica da tradição Harmony apresenta dois tipos básicos vasos globulares, potes com borda grande e tigelas com base redonda e aberta, com as seguintes variações: borda em linha recta; borda com lábios extrovertidos. Nas estações (1/72 e 2/75), as formas são idênticas às encontradas em Harmony e Phalaborwa.

Todas as formas de cerâmica apresentadas em Harmony são comuns com as estações (1/72 e 2/75). Porém, a cerâmica com bacia carenada, particularmente na estação 2/75 não aparece em Harmony. Quanto à cerâmica na estação 4/75, as formas que aparecem basicamente são os pratos com largura pequena e potes de lábios rectos.

A cerâmica recolhida nas estações arqueológicas de Moguro, Marrenguele, Chinhangane e Nhancherwane revelaram um novo dado em Massingir. A partir das pequenas amostras de cerâmica observadas na estação de Chinhangane, foi sugerido que esta estação representa um exemplo da tradição Matola (Machava 2007).

A cerâmica encontrada nestas estações forneceu uma importante discussão sobre os movimentos populacionais e para o enriquecimento da nossa compreensão sobre os antigos assentamentos Tsongas no sul de Moçambique (Macamo 2006).

Nhancherwane e Moguro partilham várias similaridades. O tipo de cerâmica predominante nas duas estações consiste em vasos com gargalo apertado/gargalo estreito (*narrow neck*), estampas de conchas com bandas oblíquas e linhas paralelas e lozangulos, cacos com gargalo invertido fino e tigelas. Contudo, existe diferença nas técnicas usadas para a produção da decoração. Em ambas estações são apresentados motivos geométricos paralelos e lozangulos (Macamo & Machava 2011).

Os motivos decorativos usados nos potes de cerâmica das estações de Massingir são similares. A maioria foi produzida por estampas, impressões e incisões que exibem formas paralelas e lozangulos. A única diferença é na técnica de produção e nos respectivos instrumentos usados (Macamo & Machava 2011).

5.3. Aplicação da Arqueologia de Salvaguarda em Massingir

Os trabalhos de arqueologia desenvolvidos na região de Massingir, no período colonial relacionam-se concretamente com a construção da barragem de Massingir em 1970. No âmbito da construção desta barragem foi avaliado o potencial arqueológico da área abrangida pelo empreendimento, neste caso, houve a necessidade de se realizar uma arqueologia de salvaguarda, por uma equipe dirigida pelo arqueólogo Ricardo Teixeira Duarte. Este trabalho baseou-se na implementação da arqueologia de salvaguarda mesmo antes da existência da Lei nº10/88, ou mesmo do Decreto nº27/94 de 20 de Julho de 1994. Este Decreto recomenda o seguinte acerca dos trabalhos de arqueologia de salvaguarda:

(....) “Todos os projectos que impliquem obras de escavação, remoção ou alargamento de terras, ou remoção de objectos submersos ou soterrados, deverão incluir trabalhos de prospecção arqueológica preliminar e de arqueologia de salvaguarda, na área abrangida pelas obras, devendo incluir para tal efeito no respectivo orçamento uma dotação não inferior a 0,5 por cento do custo total das obras”

(Decreto nº27/97)

Segundo Macamo 2003b, p. 16, citando Meneses 1999 arqueologia de salvaguarda é a realização de trabalhos arqueológicos destinados ao estudo imediato e protecção de elementos, estações e monumentos arqueológicos ameaçados de destruição.

As primeiras estações arqueológicas descobertas em Massingir, mencionadas no presente capítulo foram descobertas no decurso do projecto da construção da barragem de Massingir. Como forma de impulsionar os estudos posteriores, houve a necessidade de se fazer uma arqueologia de salvaguarda com a intenção de salvaguardar o material para a sua posterior análise. Graças à esta intervenção, constatou-se que uma comunidade de agricultores e pastores esteve presente em Massingir por um tempo determinado.

Na realização da arqueologia de salvaguarda, em Massingir, foram considerados os seguintes procedimentos técnicos:

- Estudo de impacto patrimonial;
- Prospeção arqueológica;
- Acompanhamento arqueológico.

Segundo (Adamowicz 2011) a arqueologia de salvaguarda, numa estação arqueológica, consiste na recolha do material que se encontra em situação de desaparecimento/risco devido às obras de construção civil ou outras actividades que impliquem remoção de terra. Esses trabalhos enquadram-se também no âmbito de trabalhos de minimização de impactos ambientais (Adamowicz 2011, p. 47).

CAPÍTULO 6 – VALORES PATRIMÓNIAIS E SIGNIFICADO CULTURAL DE MASSINGIR

Qualquer estação arqueológica tem um significado e um valor relevante para a compreensão das sociedades passadas. Neste capítulo pretendo examinar em pormenor os valores patrimoniais e o significado cultural de Massingir. Neste sentido, o presente capítulo está dividido em três partes:

- Primeira parte – valores culturais atribuídos ao complexo arqueológico de Massingir, incluindo o seu significado cultural;
- Segunda parte – a importância do património arqueológico de Massingir e

- Terceira parte – o envolvimento das comunidades nos trabalhos arqueológicos.

PRIMEIRA PARTE: VALORES CULTURAIS

a) Valor Arqueológico

É característico de um lugar que proporciona ou tem potencial para produzir conhecimento que não se pode obter em nenhum outro lugar. O valor arqueológico de um lugar depende dos dados envolvidos ou da sua raridade, qualidade ou representatividade e no grau de contribuições futuras que o local pode fornecer (Jopela 2012, p. 36).

Para (Henderson 1993) um dos valores fundamentais das estações arqueológicas encontra-se na informação que as estações contêm e o conhecimento que pode ser adquirido a partir do seu estudo. Por outras palavras, esse valor é designado de científico, devido à capacidade de uma determinada estação conceber informação para responder questões importantes sobre o passado (Henderson 1993, p. 8).

O outro valor que é avaliado pelas comunidades é cultural tradicional, que é designado por uma comunidade, grupo étnico ou uma tribo. Os locais que são atribuídos os valores culturais incluem os lugares que a comunidade desenvolveu actividades culturais económicas, artísticas ou outras tradicionalmente importantes (Henderson 1993, pp. 9 – 14).

O valor que está relacionado intrinsecamente com a estação arqueológica e todo o processo de conservação é importante para garantir que a qualidade do valor arqueológico e de outros valores dos recursos patrimoniais não se percam, mantendo assim a sua integridade para as presentes e futuras gerações (Jopela 2012, p. 31).

b) Valor Económico

Segundo (Jopela 2012, p. 36) o Valor Económico, no ramo do Património Cultural é definido como sendo valor que é gerado pelos Bens Culturais (recursos patrimoniais), ou pela acção da sua conservação e através do Turismo Cultural. Para (Filipe 2012, p. 68) citando (Benedito Silva) Turismo Cultural é a forma de excursionismo que busca, de entre outros objectivos, o conhecimento da cultura tangível e intangível. Esse turismo coloca os turistas em contacto com a história, as identidades e os bens patrimoniais dos povos e culturas visitadas.

Por exemplo, muitos monumentos localizados na Cidade da Ilha de Moçambique, por possuírem valor histórico, arqueológico, estético, espiritual, e pelo facto da Ilha de Moçambique ser Património Cultural da Humanidade que goza de valor universal excepcional, o Turismo Cultural constitui a actividade dominante geradora de renda e emprego (Ministério da Cultura 2010, p. 85).

Os bens patrimoniais existentes na Ilha de Moçambique atraem muitos turistas, o exemplo mais específico é da Fortaleza de São Sebastião, este monumento pela sua grandeza (maior de África Austral) e pelo valor histórico, arquitectónico que possui, tem atraído muitos turistas nacionais e internacionais. Para a comunidade local (população que vive na zona insular e continental), a Fortaleza de São Sebastião tem sido utilizada como centro de convívio (festivais).

O Valor Económico de qualquer bem patrimonial reside na sua utilidade, o que significa identificar uma demanda em termos de utilização. Em outras palavras, o valor de um bem patrimonial está sempre associado a um valor de uso (ou do usuário), podendo ser utilizado para abrigar actividades *habitacionais, administrativas, comerciais, culturais*, dentre outras. O valor económico relaciona-se, portanto, ao potencial do bem enquanto fonte de crescimento económico. Assim, a decisão de intervir passa necessariamente a verificar o aumento do valor de mercado, do emprego e da renda que acompanha a utilização do bem, ou seja, os benefícios gerados directa e indirectamente pela sua utilização (Lacerda & Zanchete 2012, pp. 49-50).

O Valor Económico tem três potenciais fontes renováveis: *Turismo, Comércio e Uso*. A falta de gestão de uma destas fontes pode levar a destruição do Património. Estes casos são verificados quando os lucros dos valores são usados de forma inadequada (Feilden & Jokiletho 1993, p. 17).

Para (Morais 2010) património é entendido como um recurso aproveitável, ao alcance das sociedades, que apresenta utilidades que respondem as necessidades sociais concretas, tendo menos subjectividade a atribuição de um valor económico à cultura segundo princípios de escassez, poder de compra e utilidade (Morais 2010, pp. 6-7).

c) Valor Social

De acordo com a (Carta de Burra 1988) o valor social abraça as qualidades pelas quais um lugar tem-se tornado um foco espiritual, político, nacional ou outro, sentimento cultural para uma maioria ou grupo de minoria (Carta de Burra 1988, p. 12).

Segundo (Jopela 2012, p. 37) o valor social está relacionado com actividades sociais tradicionais e o uso compatível do lugar no presente. Envolve, igualmente, uma interacção social contemporânea do PCI com uma comunidade, jogando um papel preponderante no estabelecimento da identidade cultural. Os tais lugares com valores tradicionais possuem um grande significado social que está relacionado com o seu conhecimento pela comunidade (Jopela 2012, p. 37).

d) Significado Cultural

O significado cultural constitui um conjunto de valores que são atribuídos por uma comunidade a um bem. A determinação do significado é realizada por meio de um estudo da estação arqueológica, um entendimento da história, contexto e a identificação dos valores para as comunidades (Zancheti & Hidaka 2014, pp. 3-8).

Jopela (2012) define “*significado cultural*” como sendo valores ou qualidades que o património possui ou que se dá ao mesmo, sendo que, esses valores são atribuídos por cada grupo social específico de maneira diferente, e que ao longo do tempo poderá mudar (Jopela 2012, p. 31).

No entanto, (Pedrosa 2011), define significado cultural, como um termo que exprime o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes ou futuras e está incorporado no próprio lugar, no seu ambiente, uso, associações, registos e objectos relacionados. A significância de uma estação arqueológica deve basear se numa série de elementos que contribuem para dar significado a tal estação (Pedrosa 2011, pp. 103-105).

As estações arqueológicas de Massingir podem ser atribuídas um significado cultural espiritual, pois, no seu contexto ambiental concretamente na área onde ocorre acumulações líticas a sul do lago, neste local está o abrigo rochoso de Godje um local que preserva significado espiritual para os grupos locais (Duarte 1976b; Macamo e Risberg 2007).

SEGUNDA PARTE: A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE MASSINGIR

O património arqueológico de Massingir é importante por vários motivos, ora porque representa a identidade de um grupo social, na medida em que as pessoas mantêm a sua identidade através do seu património cultural. O exemplo específico de Moçambique é facilmente identificado,

como a Ilha de Moçambique (Macamo 2014) e o *Madzimbabwe* de Manyiken (Jopela 2014, p. 9).

A importância da conservação das estações arqueológicas reside no facto delas serem portadoras de diversas mensagens e valores (arqueológico, histórico, artístico, estético, político, religioso, social, espiritual, científico, natural) que contribuem para dar um significado e sentido à vida das sociedades humanas. Os monumentos são portadores de uma mensagem histórica, na medida em que informam às sociedades contemporâneas sobre o modo de vida das comunidades passadas e do presente (Jopela 2014, p. 9 citando Agnew 1997).

É importante proteger o património cultural, visto que, a sua deterioração ou desaparecimento, constitui uma perda irreparável para a humanidade como um todo, porque uma vez destruído, perde-se para sempre (Deacon 1997).

Devido à fragilidade do património arqueológico, o uso do território devia ser controlado, e desenvolvido de forma a minimizar a sua destruição. As políticas para a protecção do património arqueológico devem constituir uma componente integral das políticas relacionadas com o uso, desenvolvimento e planeamento do território, assim como das políticas culturais, ambientais e educacionais. Contudo, as políticas para a protecção do património devem ser consolidadas e revistas continuamente, de forma actualizada (Pardi 2002, pp. 76-79).

TERCEIRA PARTE: ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

No que concerne ao envolvimento da comunidade na protecção e gestão do património arqueológico no período colonial era quase inexistente na maior parte da África Subsaariana (Chirikure *et al* 2010 citando Munjeri 2004). Actualmente a participação da comunidade é tida como uma forma eficaz de fazer apelo à gestão do património, reduzindo, deste modo, os conflitos e atritos entre guardiões tradicionais e os profissionais do ramo (Chirikure *et al* 2010, p. 31).

Chirikure *et al* (2010) defendem que, o envolvimento da comunidade na gestão do património cultural em África revela resultados difusos, alguns longe de serem satisfatórios. A maioria dos casos que tem a ver com a participação da comunidade local na tomada de decisão sobre os

recursos patrimoniais ainda está em fase experimental. Contudo, em Moçambique, tem se constatado que as pesquisas arqueológicas são influenciadas pela participação das comunidades locais. Por isso deve haver iniciativas com vista a criação de centros de interpretação museológica capazes de gerar emprego localmente, contribuindo dessa forma, para a redução da pobreza das populações que vivem ao redor das estações arqueológicas (Macamo & Ekblom 2004, p.p.125-38).

Os estudos de caso nas estações arqueológicas de Khami– Zimbabwe, Mapungubwe – África de Sul e Kasubi Tombs – Uganda demonstram que a participação da comunidade, por vezes, é onerosa. Na maioria dos casos, os profissionais são obrigados a pagar à comunidade, pela prestação de serviços de informação. (Chirikure *et al* 2010, pp. 30-2, citando Chirikure, Manyanga, Ndoro & Pwiti 2010).

O exemplo de sucesso na gestão do património cultural arqueológico é visto no Grande Zimbabwe onde há uma comunidade que comprova ligações históricas com o monumento (Ndoro 2001). Em Moçambique a mesma experiência foi comprovada nas pinturas rupestres de Chinhamapere (Jopela 2014, pp. 55-8). Isso torna fácil a conservação do património cultural. Conforme previsto na Lei nº10/88, a comunidade exerce um papel fundamental na preservação do património arqueológico, havendo responsabilidades do Estado a este respeito:

(....) “Promover através dos órgãos locais a protecção, conservação, valorização e revitalização de bens classificados situados no seu âmbito territorial integrando as referidas medidas nos seus planos de actividades” (Lei nº10/88, 1988, p. 8).

Em alguns casos, os trabalhos arqueológicos são acompanhados pela própria comunidade, para ela melhor se apropriar dos resultados da investigação. A colaboração da população na protecção do património arqueológico não só trás benefícios em termos do conhecimento sobre o passado como possibilita a redução dos elevados índices de desemprego, nomeadamente através da criação de centros de interpretação, museus e outras formas que visam divulgar o património.

O envolvimento da comunidade na protecção do património é também vista como uma forma que trás benefícios económicos provenientes do turismo cultural. Por conseguinte, a gestão participativa da comunidade abraça os princípios da democracia e da justiça em termos de benefícios para a própria comunidade que vive nas proximidades de um bem do património

cultural (Chirikure *et al* 2010). A comunidade deve participar em todas fases do projecto de gestão nomeadamente: investigação, interpretação e conservação.

CAPÍTULO 7 – MECANISMOS DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM MOÇAMBIQUE: CONCLUSÃO

Neste capítulo apresento os principais mecanismos de protecção do património arqueológico, de forma a discutir os problemas mais comuns e a proposta das possíveis soluções, tendo como base as estações de Massingir.

7.1. A Protecção do Património Arqueológico em Moçambique

As leis por si só não garantem a protecção efectiva do património arqueológico. Para que as leis sejam efectivas é necessário que tenham o público no processo de tomada de decisão sobre o património que se encontra no seu meio (Netto 2008).

Para que o objectivo da protecção de um bem arqueológico seja concretizado deve-se olhar a realidade sociocultural em que o mesmo se encontra, o contexto histórico da comunidade na sua relação com o património arqueológico. Para elucidar acerca de algumas medidas tomadas em Moçambique com vista a garantir a efectividade da protecção dos bens do património arqueológico tomamos em conta o exemplo de placas de protecção colocadas nas estações da Matola, Manyikeni e Chibuene (Figura 5, 6 e 7).

Na estação arqueológica da Matola (Morais 1988) quando foi lá erguida uma infra-estrutura surgiram pronunciamentos desfavoráveis (Canal de Moçambique 2013). Isto significa que as placas exercem um papel preponderante na protecção do património arqueológico.

A protecção do património arqueológico pode ser efectiva quando forem promovidas as acções que façam com que a comunidade se aproprie desses bens como algo que faz parte das suas memórias e identidade cultural. Mas, é necessário criar incentivos na comunidade, para que ela

seja activa no processo de apropriação da informação arqueológica. A partir deste acto é possível a partilha da informação sobre o mesmo património arqueológico (Netto 2008, p. 10).

Existem três modelos de protecção do património arqueológico, nomeadamente a Protecção Legal, a Protecção Preventiva e a Protecção Educacional (Querol 1992, pp. 2- 4; Tabela 1):

- A protecção legal tem a ver com a criação de leis e regulamentos apropriados capazes de garantir a preservação e protecção do património arqueológico.
- A protecção preventiva tem a ver com a salvaguarda do património que se encontra em risco de desaparecimento e
- A protecção educacional (Muocha 2014, pp. 59-63) envolve a disseminação do património através da publicação de temáticas inerentes à protecção do património arqueológico (palestras de sensibilização em comunidades, publicação dos resultados das pesquisas arqueológicas, visitas às estações).

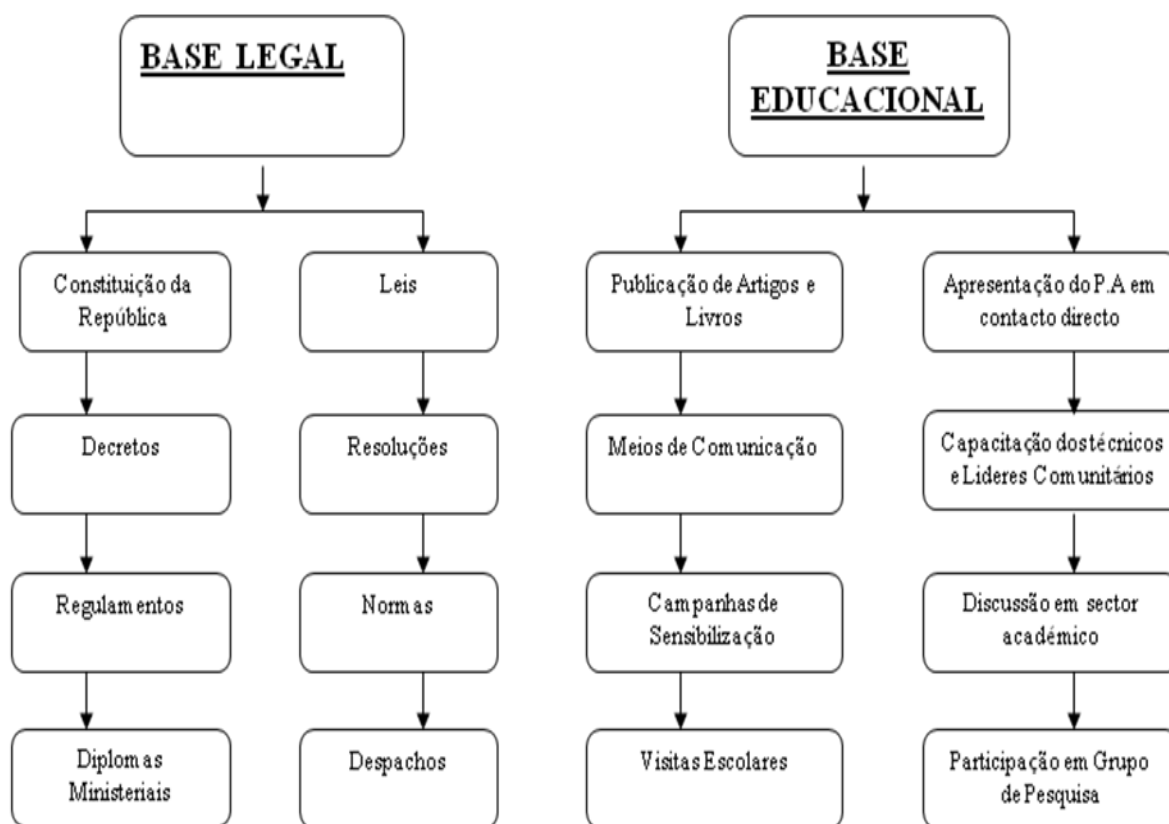


Tabela 5: Demonstração esquemática dos Mecanismos de Protecção do Património Arqueológico (Adaptado por Michael Muchanga *In* Henderson 1993 ; Netto 2008).

A protecção do património arqueológico deve ser reconhecida através de uma legislação relevante e da provisão de fundos adequados para os programas de suporte necessários à gestão eficaz do património. O património arqueológico é comum a toda a sociedade humana e, por isso, deve ser um dever de todos os países garantirem fundos adequados para a sua protecção (Monteiro 2009, pp. 15-25).

O papel do Estado na protecção do património arqueológico está previsto por lei nos seguintes termos:

(...)” Incentivar a criação de instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios e oficinas de conservação e restauro) necessárias à protecção e valorização do património cultural;”

(...) Promover através dos órgãos locais a protecção, conservação, valorização e revitalização de bens classificados situados no seu âmbito territorial integrando as referidas medidas nos seus planos de actividades”

(Lei nº10/88, 1988, p. 13).

Porém, a amplitude do património arqueológico moçambicano, em termos legais, dificulta a sua protecção e promoção. Daí que essas responsabilidades não devem ficar apenas nas iniciativas do governo. As comunidades como um todo devem colaborar com este processo, conforme previsto por lei nos seguintes termos: (...) “*Estimular a fruição do património cultural e a participação popular na protecção e conservação dos bens culturais*” (Lei nº10/88, 1988, p. 13-4).

Para proteger o património arqueológico, a legislação moçambicana prevê várias formas ou procedimentos que, sendo por meio de concessão de licenças, inventários, tombo, documentação, classificação, placas de identificação, educação patrimonial (Lei 10/88; Decreto 27/94; Resolução nº12/2010).

7.2. Concessão de Licenças

A partir do momento que se concebe uma licença, o indivíduo licenciado está ciente que deve seguir todos parâmetros referenciados na legislação e que qualquer violação ou dano que for a causar ao património arqueológico implicará a anulação da licença e multas.

No âmbito da concessão da licença, o arqueólogo é informado que, a sua escavação deve ser cuidadosa, para evitar a destruição dos objectos. No final de cada época da realização dos trabalhos arqueológicos o licenciado deve apresentar um relatório sumário dos resultados obtidos. No decorrer dos trabalhos, o arqueólogo deverá proceder com a inventariação, catalogação e registo fotográfico. O licenciado como depositário deve se responsabilizar pela conservação e preservação *in situ* do material descoberto. O licenciado deverá também apresentar o relatório final, em língua portuguesa, com todos detalhes da realização dos trabalhos arqueológicos.

As licenças arqueológicas em Moçambique são atribuídas desde o ano de 1994, data da aprovação do *Regulamento de Protecção do Património Arqueológico Moçambicano*.

Para que um arqueólogo seja licenciado deverá estar registado no Ministério da Cultura e Turismo, com a informação seguinte: Número de registo; Nome do arqueólogo; Nacionalidade, Data do Registo; Nr. da Licença e Assinatura do arqueólogo. Este procedimento permite ao Ministério da Cultura e Turismo ter o controlo dos arqueólogos que reúnem requisitos para obter licença com vista à realização de trabalhos arqueológicos.

A Licença para trabalhos arqueológicos contém os seguintes dados constantes de um Formulário (Tabela 6):

1. A Instituição que autoriza os trabalhos;
2. Nome do Arqueólogo;
3. N° do B.I. ou Passaporte;
4. Validade;
5. Local de Emissão;
6. Nacionalidade;
7. Tipo de trabalhos arqueológicos autorizado (a), (dentro deste espaço deve estar citada a província a realizar os trabalhos, inclusive as coordenadas “Latitude e Longitude”);
8. Duração dos trabalhos (início e o fim);
9. Entidade que autoriza; e
10. Data de autorização (incluindo a assinatura do autorizado).



República de Moçambique
Ministério da Cultura e Turismo

DIRECÇÃO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL
LICENÇA PARA TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Nº..../2015

| INSTITUIÇÃO QUE AUTORIZA OS TRABALHOS | | | |
|--|--|----------------|------------|
| NOME: | | | |
| Nº DO B.I. OU PASSAPORTE: | | Validade: | |
| Local de Emissão: | | Nacionalidade: | |
| Esta autorizado (a) a realizar trabalhos arqueológicos de: | | | |
| Provincia: | | Coordenadas | |
| | | Latitude: | Longitude: |
| | | | |
| | | | |
| Durante o período de: | | | |
| Entidade que autoriza: | | | |
| Data: | | (Assinatura) | |

Tabela 6: Formulário da Licença Arqueológica (Fonte: Arquivo DNPC).

A estrutura da licença vem acompanhada de um anexo reservado para assinaturas dos vistos dos depositários e autoridades locais, medida fundamental para o controle ao nível da base dos trabalhos arqueológicos, assim como para a sua popularização (c.f. Sinclair 1987, p. 99).

Os requisitos para atribuição da licença arqueológica são os seguintes:

1. O requerente da licença deverá ser um arqueólogo com graduação universitária em arqueologia e com uma experiência comprovada em matéria de escavação.
2. O requerente deverá estar registado no Ministério da Cultura pela Direcção Nacional do Património Cultural.

3. O requerente deverá incluir os *meios financeiros* para a realização do projecto, incluindo a *calendarização* das fases do projecto;
4. O formulário da licença deve ser submetido em 3 cópias à DNPC, com 30 dias de antecedência., isto é, antes do início dos trabalhos arqueológicos;
5. A submissão do formulário deve estar acompanhada com um anexo do Curriculum Vitae, da equipa que fará parte do trabalho e com o projecto de investigação (incluindo os objectivos, hipóteses, metodologias e resumo bibliográfico).

7.3. O Inventário

“A inventariação dos bens culturais é o primeiro passo para garantir a defesa do património cultural. Sem inventário não sabemos o que estamos a proteger. Contudo, o inventário deve ser sistemático e ser permanentemente actualizado, de acordo com a redescoberta dos valores patrimoniais”

(Macamo 2012, p. 1-2).

O inventário é, com efeito, um instrumento básico de identificação dos bens que necessitam de protecção para a sua efectiva salvaguarda. De um modo geral, na lista do inventário constam os seguintes bens do património cultural: edificações, obras de arte, ou seja tudo aquilo que constitui património. Tecnicamente, inventário é uma série de regras com a finalidade de efectuar um levantamento sistemático e exaustivo dos bens que integram um determinado tipo de património cultural (Arantes 2010, p. 11).

De acordo com o Decreto n. °27/94 (1994, pp. 70-3), o inventário das estações arqueológicas deve incluir (...)” todos os elementos e monumentos arqueológicos e sua catalogação, incluindo o seu desenho “in situ” e fotografias sempre que as condições de visibilidade o permitam, desenho dos principais elementos e respectivas fotografias, descrição dos pormenores de inscrições ou decorações e outros dados que preservem o valor científico e histórico dos bens escavados.” Por conseguinte os elementos que devem fazer parte do inventário das estações arqueológicas são os seguintes:

- o nome da estação e a sua localização precisa;

- a natureza da estação, proveniência dos achados, períodos e afinidade cultural da mesma, número de objectos, técnicas de prospecção e a escavação aplicada;
- o depositário;
- o local de presença dos achados, documentação referência de materiais existentes e respectiva bibliografia.

Para uma correcta monitoria do estado de conservação dos achados, o inventário deve fornecer a seguinte base de dados:

- número de ordem dos objectos arqueológicos;
- designação da estação;
- descrição do contexto arqueológico;
- indicação da camada estratigráfica, tipo de achado, quantidade dos achados;
- indicação das coordenadas geográficas;
- ano da escavação ou prospecção;
- autor da escavação ou prospecção;
- comentários acerca dos trabalhos arqueológicos

(Das Dores *et al* 2007, pp. 2-7).

O inventário dos elementos arqueológicos móveis é elaborado em conformidade com as normas estabelecidas pela DNPC (Decreto n°27/94, 1994, p. 73), como instrumento inicial de identificação e gestão, que deve ser alargado aos bens culturais na sua diversidade, incluindo graus diferenciados de protecção especial. Como tal, é obrigatório que o arqueólogo, no fim das escavações arqueológicas que culminam com a recolha dos achados, efectue a sua inventariação. Esta obrigatoriedade prende-se com a necessidade de permitir que novos estudos que poderão ser realizados na mesma localização se baseiem num inventário previamente existente para evitar a duplicação de resultados, permitindo o surgimento de novos dados (Lindomar André 2011, p. 11).

Os inventários são importantes na medida em que possibilitam a separação de cada tipo de património o que permite conhecer as suas particularidades, assim como estabelecer as estratégias de intervenção e medidas de mitigação perante a realidade de um bem patrimonial. Também encontramos inventários de identificação que são amplamente utilizados nos museus, arquivos, bibliotecas e por entidades gestoras do património arquitectónico, ou seja bens que estão em via de serem classificados (c.f. Lei 10/88; Arantes 2010, p. 11).

Nesta perspectiva, os inventários constituem um instrumento de trabalho essencial para elaborar estratégias de protecção ao património arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na protecção e gestão do património arqueológico.

7.4. O Tombo do Património Cultural

O Tombo do património cultural é entendido como sendo o registo dos bens classificados do património cultural (Lei nº10/88, 1988,p.13).

O Decreto n. °27/94 de 20 de Julho (1994, p. 73) estabelece que o tombo do património ou de elementos arqueológicos deve ser feito em livros de registo de bens móveis do património arqueológico, à responsabilidade de museus e depositários devidamente licenciados pela DNPC, através de livros de inventário de estações arqueológicas à responsabilidade da mesma DNPC.A finalidade do tombo é conservar o bem que é tido como de valor cultural, com as suas características originais.

7.5. Documentação

De acordo com (Norsted & Laue 2009, p. 3) alguns exemplos possíveis sobre os objectivos para a documentação de um sítio arqueológico incluem:

- a extensão e a natureza da estação arqueológica;
- o registo completo dos imóveis, de forma a permitir um permanente controlo e avaliação do seu estado de conservação;

- a avaliação da condição física dos imóveis, os problemas e as necessidades da sua conservação;
- o monitoramento das mudanças físicas e sociais relacionados com o imóvel, ao longo do tempo;
- conhecer o significado cultural do local;
- o acesso às condições físicas e problemas de conservação do sítio em geral;
- o acesso às necessidades de gestão do local;
- o acesso dos dados recolhidos no seio da comunidade local;
- o uso dos dados específicos para o projecto de pesquisa;
- informações extras específicas ou placas informativas sobre a interpretação do local;
- o desenvolvimento de um plano ou sistema de gestão.

7.6. A Classificação

A classificação não é, efectivamente, um acto por si só suficiente no sentido da conservação, preservação e valorização de um bem imóvel. Contudo, impõe regras de protecção legal, como forma complementar de consolidar os valores patrimoniais em questão. A lei prevê mecanismos de responsabilidade a esse nível, quer do Estado, quer dos Municípios, quer dos cidadãos em geral, sobretudo dos proprietários (Policarpo 2011, pp. 28-29).

Segundo (Macamo 2012, pp. 12-4) a classificação de um bem do património cultural obedece aos seguintes critérios gerais e complementares:

a) Critérios gerais

- Arqueológico
- Histórico;
- Artístico;
- Arquitectónico;
- Conjunto edificado;
- Ambiental; e

- Espiritual.

b) Critérios Complementares

- Autenticidade (veracidade)

- Integridade (completo)

- Exemplaridade (serve de modelo)

7.7. Placas de Identificação

Muocha (2005, pp. 55) defende que as placas de identificação possibilitam a protecção e a apresentação *in situ* dos bens culturais imóveis. As placas constituem medidas cautelares na gestão do Património Cultural Imóvel (PCI) pois estas tem como finalidade facultar a identificação e garantir a protecção dos bens culturais. Por conseguinte, (...) “A concepção das placas deve levar em conta, para além dos resultados das pesquisas, estudos contextualizados da realidade físico – ambiental da zona onde o bem cultural imóvel se localiza, a coordenação com as estratégias do código de sinalização rodoviária da Administração Nacional de Estradas (ANE), bem como estar de encontro com a organização espacial do sítio onde se encontram, a fim de salvaguardar a integridade física do bem e a protecção do visitante” (Ibidem.)

Com base nas experiências anteriores da DNPC-Departamento de Monumentos que foram aprofundadas na tese de Muocha (Muocha 2005, pp. 31-33; Muocha 2014, pp. 64-5) são definidos quatro tipos de Placas para a Identificação do Património Cultural Imóvel (PCI):



Figura 2: Tipo de placas usadas para a identificação e protecção do património cultural imóvel em Moçambique (Adaptado de Muocha 2005).

Muocha (2005) alerta que a colocação de placas de identificação para o reconhecimento do património arqueológico não deve ser tida como uma solução para protecção, é necessário que a técnica de colocação de placas seja conjugada com outras técnicas de preservação.

7.8. A Educação Patrimonial

Podemos ter todas as ferramentas de protecção do património arqueológico, mas se não houver a educação patrimonial, elas tornam-se ineficientes. A educação patrimonial é a principal ferramenta para incentivar a comunidade a proteger o património arqueológico.

Quando falamos de educação patrimonial estamos perante um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no património cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e colectivo.

Este processo, em arqueologia significa tornar, os objectos e expressões do património cultural como ponto de partida para a actividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Medeiros & Surya (2009) afirmam que, (...)” a educação patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajectória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e comunidade, e à valorização da sua cultura” (Medeiros & Surya 2009, pp. 6-7).

Deste modo, a educação patrimonial é uma acção fundamental para a preservação do património arqueológico, a sua ausência, dificulta a obtenção do apoio da sociedade para a preservação destes bens, por desconhecimento quanto à importância que os mesmos têm para a manutenção da memória colectiva (ibidem). Por isso, ela deve figurar nas políticas de conservação do património cultural, no geral.

7.9. Problemas da Protecção do Património Arqueológico em Moçambique

Em Moçambique, ainda há deficiências na gestão de estações arqueológicas, pese embora a existência de legislação. O problema permanece, principalmente, devido à falta de um quadro técnico para a mitigação da situação, ou os poucos quadros existentes têm sobrecarga de actividades, resultando na falta de eficiência no sector da protecção do património cultural. A

outra leitura que se faz é a falta do conhecimento de arqueologia e normas que regulam a protecção do património arqueológico, pelo público, no geral e dos seus depositários, em particular.

Filipe (2006, p. 9) defende que tem sido difícil para a Direcção Nacional do Património Cultural gerir as estações arqueológicas de longe, o que mostra os constrangimentos da política de centralização, de tudo depender das instituições localizadas em Maputo.

Pensando na lógica de Filipe (Ibidem) em algum ponto a centralização institucional pode ser um problema na protecção, mas é preciso ver que, o nosso país ainda carece de arqueólogos. Temos um país muito extenso e vasto, onde era suposto que em cada província houvesse delegações compostas por quadros técnicos da área de arqueologia numa escala proporcional dos problemas existentes de protecção do património arqueológico. Esta solução, no momento não é realística.

Contudo, com a primeira turma de arqueologia saída do Curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural do DAA-UEM é possível que se venha a cobrir uma parte dessa lacuna, mas, de certa maneira, penso que as instituições como é o caso a DNPC que lida e funciona em conexão com as Direcções Provinciais são responsáveis em dado momento pelo acompanhamento desses trabalhos de carácter arqueológico e de muitos outros, como têm feito.

O actual cenário de centralização de instituições ligadas ao Património Cultural tem criado uma descontinuidade local em termos do desenvolvimento da própria arqueologia ao longo do país. Várias descobertas fortuitas que forem efectuadas nas comunidades podem não serem tratadas devidamente, pelo facto de não haver conhecimento da arqueologia e da legislação.

Os órgãos ligados ao património cultural, a nível das províncias, tem alguma responsabilidade, mas não estão capacitadas até ao ponto de efectuarem uma actividade numa estação arqueológica, sem assessoria da DNPC.

É necessário que haja arqueólogos a nível das Direcções Provinciais para que pelo menos aquelas actividades pontuais e não de grande dimensão, não dependam muito da direcção central da DNPC. De referir ainda o papel do próprio DAA, como depositário do património arqueológico nacional, que tem continuamente colaborado na sua protecção (Lei 10/88, 1988).

Enquanto as comunidades e o público depositário do património cultural não mostrarem qualquer interesse pela preservação e protecção do património cultural, as acções e as políticas dos gestores e a legislação continuarão ineficientes (Muocha 2005, p. 60, citando Chirikure & Pwiti 2008).

A não efectividade na protecção do património arqueológico tem a ver com vários fenómenos que contribuem para a sua degradação. Por isso os modelos de gestão devem prever todas as acções mencionadas no diagrama abaixo.

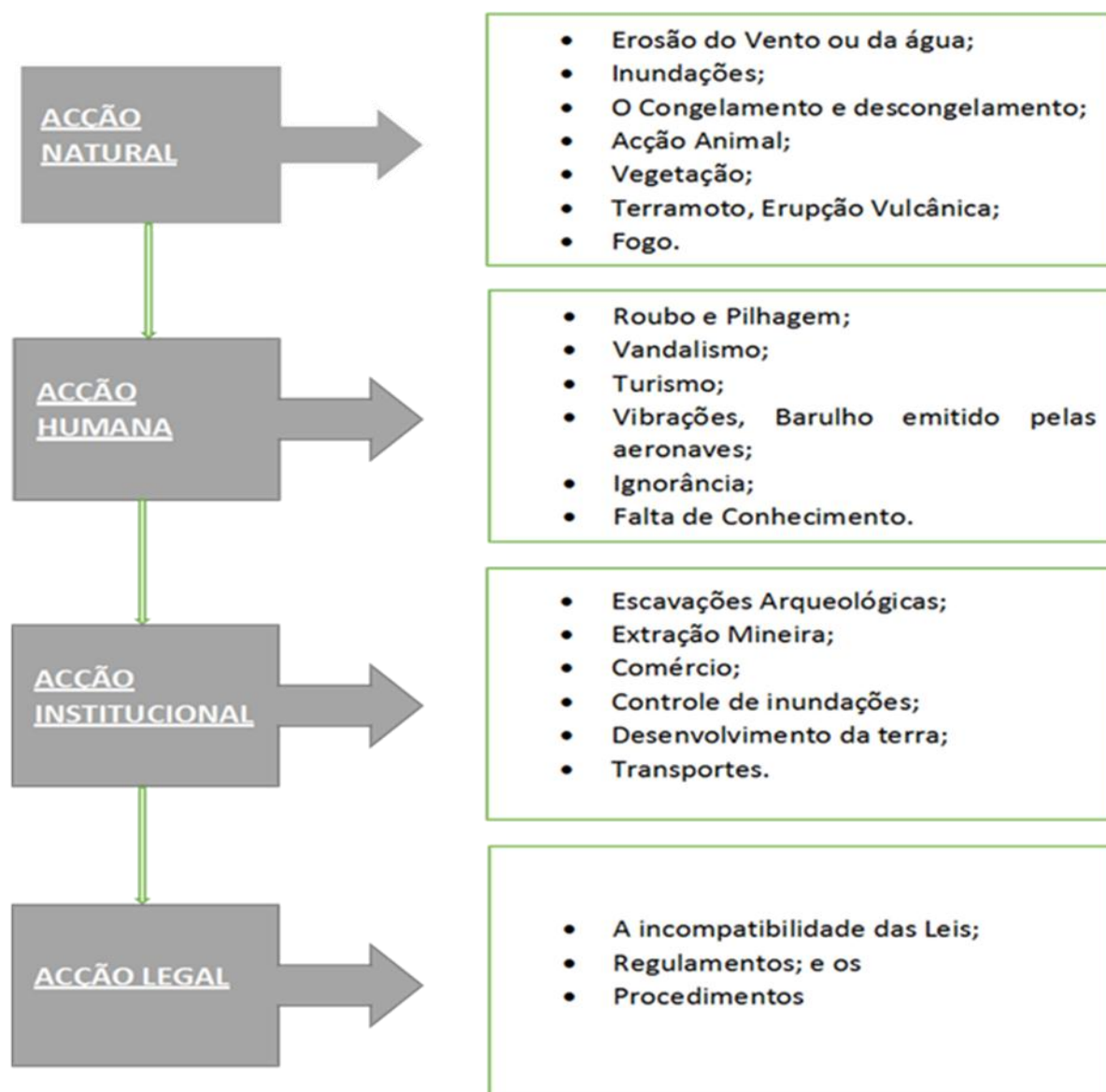


Figura 3: Acções que contribuem para a degradação do Património Arqueológico (Adaptado de Henderson 1995 ; Jopela 2014).

7.10. Experiências de protecção e gestão do Património Arqueológico em Moçambique

Os exemplos clássicos de gestão ou acções de intervenção e protecção de estações arqueológicas em Moçambique apontam as seguintes estações: Matola, Manyikeni e Chibuenene.

a) Estação Arqueológica da Matola



Figura 4: Estação Arqueológica da Matola (Foto: Michael Muchanga)

Encontra-se localizada na província de Maputo, concretamente na cidade da Matola, na estrada Witbank, a cerca de 20m acima do nível do mar (25° 57' S 33° 27' E). A estação foi descrita pela primeira vez, em 1960 pelo arqueólogo Senna Martinez, no âmbito da Arqueologia de Salvaguarda, relacionada a construção da estrada que liga a cidade de Maputo e a Matola (Cruz & Silva 1977, p. 2; Macamo 2006, p. 36).

A estação arqueológica da Matola foi classificada pela Lei nº10/88 de 22 de Dezembro de 1988, como Património Cultural.

Em forma de prática de gestão e protecção da estação, (Asse 2014, p. 38-41, citando Macamo Comunicação pessoal, 2014) menciona que no ano 2000 foi fixada uma placa de identificação pelo Ministério da Cultura (Actual Ministério da Cultura e Turismo) e novamente em 2006 devido ao estado de degradação da anterior. Nos dias que correm a estação encontra-se destruída (parcialmente), pelas construções erguidas no local. O prosseguimento das obras, foi devidamente licenciado pela CMM (Conselho Municipal da Matola), com o parecer positivo do Ministério da Cultura mas que acautelava sobre a necessidade de serem tomadas medidas preventivas para proteger a ocorrência de mais vestígios no decorrer das obras.

b) Estação Arqueológica de Manyikeni



Figura 5: Estação Arqueológica de Manyikeni (Foto: Michael Muchanga)

Manyikeni é uma estação arqueológica situada na província de Inhambane. Ela foi pela primeira vez descrita por Lereno Barradas em 1961 (Macamo 2006, p. 150-51). Barradas concluiu que Manyikeni era um entreposto comercial do Grande Zimbabwe, construído pelos Portugueses.

Como forma de divulgação e gestão da estação foi construído em 1979 o primeiro centro de interpretação dos achados de Manyikeni com fins de popularização da arqueologia para um público vasto (Sinclair 1987, p. 99). No processo de

escavação em Manyikeni participaram mais de 450 pessoas residentes nas zonas abrangidas e para a melhor interpretação da estação foram inauguradas 8 placas didáticas e feita a reconstituição das habitações de dentro e fora do amuralhado (Ibidem). De 2000 a 2004, várias actividades foram levadas a cabo na estação, com o intuito de divulgar e gerir o património arqueológico, no âmbito do projecto U.O.F.U. - Projecto de seguimento das Origens Urbanas (Macamo & Ekblom 2005, pp. 125-138).

c) Estação Arqueológica de Chibuenne



Figura 6: Estação Arqueológica de Chibuenne (Foto: Dr. Alexandre)

A estação de Chibuenne encontra-se sediada na província de Inhambane, no distrito de Vilanculos (22° 02' 02" S 35° 19' 30" E). A estação de Chibuenne foi descrita pela primeira vez por Paul Sinclair em 1977, que a identificou (Sinclair 1982, p. 2).

A estação de Chibuene comprova a ligação do comércio a longa distância, através do oceano Índico. Chibuene é uma estação proeminente para a identidade cultural moçambicana e por ser uma componente do património cultural que revela o passado pré-colonial foi classificado pela Lei nº10/88 de 22 de Dezembro de 1988.

Como prática constante de gestão, o sector que superintende a área da cultura, em Moçambique, tem vindo a desenvolver trabalhos de conservação da estação, através, principalmente, de projectos de cooperação como a SIDA-SAREC (Macamo 2009, p.40). Foi igualmente colocada uma placa de identificação e construído um centro de interpretação. Contudo, aquando da visita da turma de faço parte à estação de Manyikení, em 2013, o mesmo não estava a funcionar, pelos mesmos problemas analisados neste Capítulo, mas que já estão actualmente a ser resolvidos.

No que concerne à gestão da estação de Chibuene, tem sido marcada pelo elevado nível de participação da comunidade. Este é um elemento que contribui de forma efectiva para a protecção da estação.

7.11. Proposta de Gestão e Protecção Efectiva do Património Arqueológico de Massingir

Os principais problemas que contribuem para a degradação do património arqueológico de Massingir estão relacionados com os factores *Naturais e Humanos*. Os *factores naturais* apontam as inundações que têm se verificado em algumas épocas do ano, assim como a erosão, a vegetação e os animais. Os *factores humanos* estão associados com as construções, a prática de agricultura pelas comunidades, falta de recursos humanos para a gestão, falta de conhecimento, ignorância, e o uso das estações como vias de travessia para outros pontos (Ministério da Administração Estatal 2005, p. 1-2; c.f. Jopela 2014, p. 13).

Visto que a maior parte da comunidade residente em Massingir vive da prática da criação de gado e da agricultura, seria necessário, que se associasse a protecção das estações com a prática das actividades comuns na região. Para a concretização dessa protecção é importante que haja primeiro, um processo de sensibilização ou consciencialização das comunidades (educação patrimonial).

É importante também, que haja uma pressão por parte das entidades que concebem a realização dos trabalhos arqueológicos, que no final de cada pesquisa de carácter arqueológico, se chame atenção a todos arqueólogos para que efectuem a colocação de uma placa de identificação obrigatoriamente. Este exercício facilitaria a protecção e a relocalização das estações para investigações futuras, como aconteceu na Estação de Godje, uma provável gruta pré-histórica (Macamo comunicação pessoal; Figura 7).



Figura 7: (Cortesias de Solange Macamo)

Madiquida (comunicação pessoal, 2015) considera que a prática da agricultura referente às estações arqueológicas de Massingir não interfere ou não afecta as estações. O que pode acontecer é a perda de algum material que se encontra na superfície, pois facilmente este material pode ser transportado de um lugar para o outro. No entanto, é preciso que se chame atenção à comunidade praticante desta actividade para que tenha o mínimo cuidado no âmbito do desenvolvimento da agricultura nas áreas em que se encontram inseridas as estações.

Todavia, a revitalização dos significados culturais, deste tipo de estações é feita através da associação, entre a prática da agricultura e o desenvolvimento infra-estrutural, como acontece em Massingir, onde se prevê a construção de uma empresa e a prática da agricultura. Esta seria uma boa oportunidade para implementação do plano de gestão da estação, sem que haja proibição do desenvolvimento das construções. Esta associação pode coordenar a harmonização entre as estações, a prática da agricultura e o desenvolvimento infra-estrutural. Deste modo, este conjunto de actividades pode contribuir para atracção turística e o melhor conhecimento sobre as estações através da promoção cultural de todo o conjunto.

Neste sentido, a elaboração de um sistema de gestão para as estações arqueológicas de Massingir pode conduzir à sua protecção efectiva e eficaz. Embora a questão referente a um sistema de gestão e os seus mecanismos de implementação sejam muito complexos, *grosso modo* o sistema poderá obedecer o seguinte organigrama:

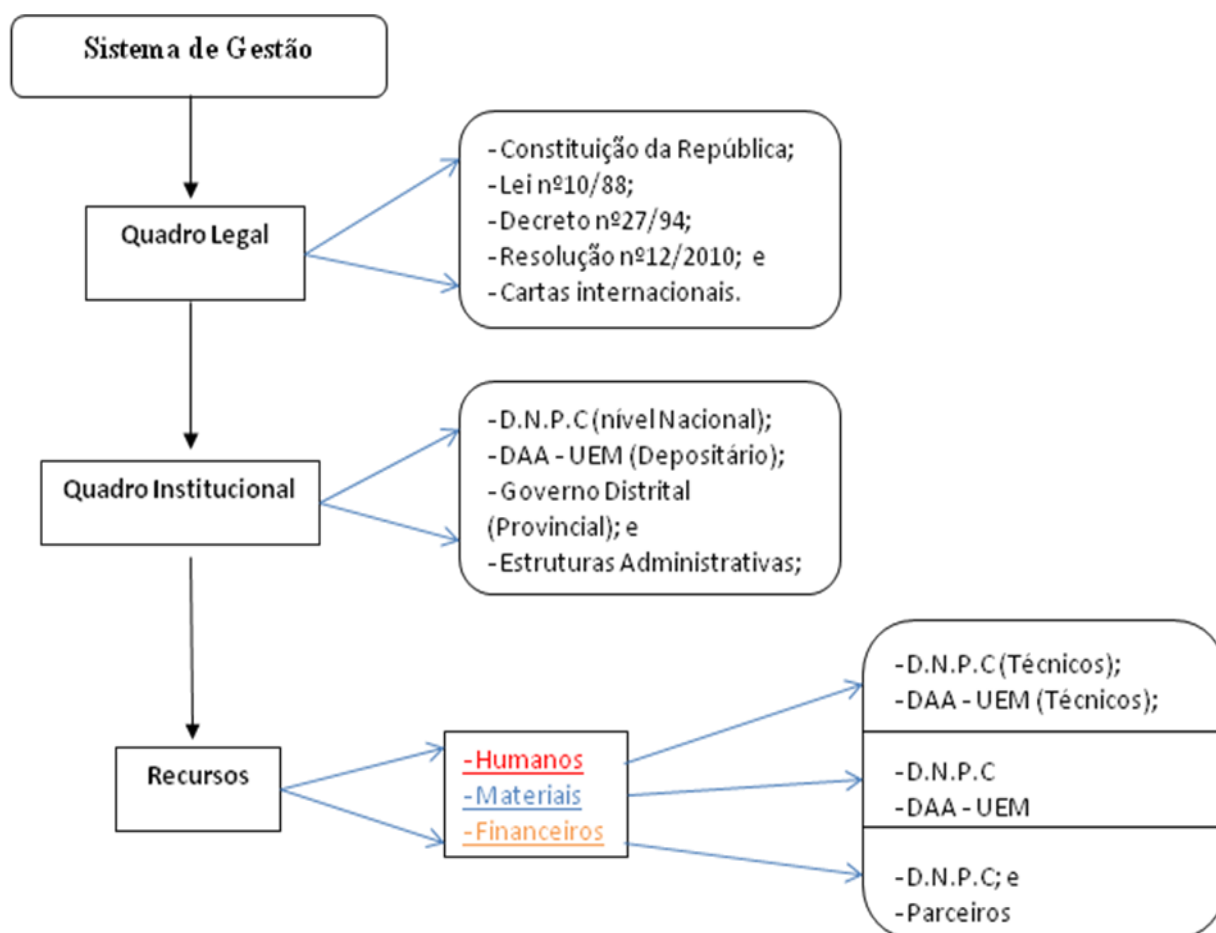


Figura 8: Sistema de Gestão do Património Cultural (Adaptado por Michael Muchanga).

O complexo arqueológico de Massingir apresenta o exemplo concreto da face ocidental da tradição Matola (Morais 1988, citando Sinclair comunicação pessoal), uma tradição que proporcionou diferentes elementos para a identificação de várias estações da região sul de Moçambique pertencentes ao período de transição do primeiro ao segundo milénio AD (Macamo & Risberg 2011). As estações arqueológicas de Massingir são de imediato protegidas por Lei (Lei 10/88, 1988)

Segundo alguns depoimentos recolhidos, durante a realização do presente trabalho, dos colegas finalistas do 4º Ano do curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural da UEM em 2014, afirmam que a efectividade da protecção do património arqueológico está na criação de um plano de gestão para cada estação arqueológica, que pudesse controlar o estado de conservação das estações constantemente. Para *César Mahumane* a efectividade da protecção do património arqueológico, necessita em primeiro lugar de pessoal técnico com competência e com formação específica em Arqueologia e Gestão do Património Cultural.

No pensamento de *Edson Guambe* a elaboração do Plano de Gestão, não só garante a conservação, mas também está mais virado para a valorização e promoção dos bens do património arqueológico. Portanto, *Orlando Gulube* sustenta que, para que haja efectividade na protecção do património arqueológico deve haver mais fiscalização rigorosa nos trabalhos de carácter arqueológico e mais divulgação das áreas designadas de estações arqueológicas e as próprias leis que as protegem. De acordo com *Jaime Cuche* para que se possa garantir uma protecção efectiva deve se partir da base, isto é, a partir do nível primário deve se leccionar temáticas inerentes à Arqueologia.

No pensamento de Pereira (2012, pp. 13-14), (...) “a acção dos cidadãos pode ser considerada uma das maiores armas na luta pela preservação do património arqueológico e pela efectividade da protecção legal a este tipo de património que, pela sua natureza é difícil de proteger.”

Portanto, em Moçambique há políticas educacionais que tratem dos problemas enfrentados no âmbito do património arqueológico. Mas, a grande discussão reside na criação de estratégias para o incentivo das pessoas a se interessarem e a conhecerem mais sobre este tipo de património, para que assim venham a preservá-lo. Ressaltando que, os limites para a efectividade tornam-se

plenamente visíveis justamente pela falta de educação cultural no seio da sociedade moçambicana e na falsa disputa entre as partes interessadas.

Como conclusão, em Moçambique deu-se um importante passo, com a aprovação do Decreto 27/94 sobre o Regulamento específico de Protecção do Património Arqueológico, para passos subsequentes inerentes à gestão do património cultural.

O processo de protecção legal do património arqueológico data do período colonial, com as primeiras medidas a serem tomadas para salvaguardar importantes estações arqueológicas, no decurso da realização de empreendimentos económicos. Neste trabalho, foi ilustrado o caso de Massingir, onde os trabalhos de construção da sua Barragem de Massingir, em 1970, possibilitaram que tais medidas fossem tomadas, embora na ocasião ainda não existisse uma legislação específica sobre o assunto.

Ao longo dos anos, foi notória a importância dada às estações arqueológicas de Massingir, no contexto científico. A minha contribuição visou formular estratégias que possibilitem uma protecção efectiva deste património arqueológico, através da proposta de um sistema de gestão, aplicável em Massingir e no resto do país.

Para impulsionar as pesquisas arqueológicas, em Moçambique e viabilizar a sua protecção eficiente e eficaz, seria necessário que os mecanismos de atribuição de licenças fossem, no futuro, informatizados, assunto esse que me proponho desenvolver oportunamente. O outro desafio é também, aprofundar o meu conhecimento sobre as estações arqueológicas da Idade da Pedra com vista a sua protecção efectiva.

.

BIBLIOGRAFIA

ADAMOWICZ, L. 2011. Projecto de Construção da Barragem Moamba-Major, Estudo de Impacto Ambiental: Levantamento Arqueológico de Salvaguarda.

ANDRÉ, L. 2011. O processo de inventariação do património arqueológico em Moçambique, 1975-1994 (Tese de Licenciatura). Maputo: UEM/FLCS – Departamento de História.

ARANTES, A. 2010. Inventário do Património Cultural Imaterial de Moçambique. São Paulo/Brasil – Maputo/Moçambique.

BURRA CARTER. 1988. *“The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance”*. Austrália

CALI, P. 2005. *“Políticas Municipais de Gestão do Património Arqueológico”*. Tese de Pós – Graduação. São Paulo.

CARVALHO, et al. 2010. *“O desafio da educação patrimonial arqueológica como base para uma consciência cultural e turística”*. Revista Electrónica Aboré – Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus, Edição 5.

CHILDE, V. G. 1977. *“Introdução à Arqueologia”*. 2ªEd. Publicações Europa-América/Instituto de Arqueologia na Universidade de Londres.

CHIRIKURE, S. 2010. *“Unfulfilled promises? Heritage management and community participation at some of Africa’s cultural heritage sites”*. *International Journal of Heritage Studies*. Department of Archaeology, University of Cape Town, 16 (1–2): 30–44.

CRUZ & SILVA. T. 1978. *“O Sul de Moçambique e o povoamento da África Sul-Oriental na Idade do Ferro Inferior”*: Algumas Considerações. Centro de Estudos Africanos/Letras – UEM/Maputo.

DAS DORES, M et al. 2007. Normas de inventário, Cerâmica utilitária. IMC, 1

DECRETO nº 27/94 de 20 de Julho. 1994. Regulamento de Protecção de Património Arqueológico. Boletim da República nº48 (I).

DELFORGE, A. H. 2013. “*Aspectos do Gerenciamento do Património Arqueológico no Brasil*”. Revista Espinhaço, 20 – 35.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA Nº1. Arqueologia e conhecimento do passado. Maputo, 1980;1-10.

BOLETIM OFICIAL DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE Nº 8 (I), DE 20 DE FEVEREIRO. 1943. Diploma legislativo nº 825, que instituiu a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique.

DEACON, J. 1997. A regional management strategy for rock art in Southern Africa. *Conservation and Management of Archaeological Sites* 2: 29-34.

DUARTE, R.T. 1976. “*Three Iron Age sites in Massingir area, Gaza Province, Mozambique and their importance in the Southern Mozambique Bantu settlement*”. Centro de Estudos Africanos secção de pré – História. IICM – Maputo.

DUARTE, R. T. 1988. Arqueologia da Idade do Ferro em Moçambique (1974 a 1988): (Retrospectiva do trabalho realizado). UEM-DAA, *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*,5: 60-1.

FEILDEN, B & JOKILEHTO, J. 1998. *Management Guidelines for World cultural heritage Sites*. Paris: World site Centre/ UNESCO.

Fonte (Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3160>>. Acessado em: 04 Outubro de 2014.

FILIPE, K. 2006. Património Vivo de Inhambane: Distrito de Vilankulos, 1992 – 2004 (tese de licenciatura). Maputo: UEM/FLCS – Departamento de História.

FUNARI & DOMINGUEZ. 2005. Textos Didácticos: As cartas internacionais sobre o Património. IFCH/UNICAMP, ISSN: 1676 – 7055.

HALL, M. 1987. *The changing past: Farmers, kings and traders in Southern Africa, 200 – 1860*. Cape Town: David Philip.

HENDERSON, G. A. 1993. “*Strategies for Protecting Archaeological Sites on Private Lands*”. Office of Archaeology and historic Preservation. Colorado historical Society. Publication # 1617.

ICOMOS 1990. Carta sobre a Protecção e Gestão do Património Arqueológico. Preparada pelo International Committee for the Management of Archaeologic Heritage (ICAHM) e aprovada pela 9ª Assembleia Geral de Lausanne.

IPHAN. 1988. “*Manual de Arqueologia histórica em projetos de restauração*”. São Paulo.

JOPELA, A. 2006. Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no distrito de Manica, 1943-2005. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Departamento de História – UEM.

JOPELA, A. 2007. Monitoring Rock Art Site: The case study of BNE 1, Clocolan Berg, Free State Province, South Africa. Dissertação de Licenciatura. Johannesburg: Universidade de Witwatersrand.

JOPELA, A. 2010a. Traditional Custodianship of Rock Art Sites in Central Mozambique: a case study from Manica District. Department of Archaeology and Anthropology: Eduardo Mondlane University/Maputo-Mozambique. *Studies in African Past* 8: 161-177.

JOPELA, A. 2010b. Traditional Custodianship of Rock Art Sites in Southern Africa: a case study from central Mozambique. Dissertação de Mestrado. Johannesburg: Universidade de Witwatersrand.

JOPELA, A. 2011b (*in press*). Custódia Tradicional na Gestão do Património do Património Arqueológico na África Austral. Comunicação apresentada na VII secção do *Ciclo de Seminários Interdisciplinares do Departamento de Arqueologia e Antropologia* da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 20 de Abril de 2011.

LACERDA, N & ZANCHETI, S.M. 2012. “*Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*”. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).

LEI nº10/88 de 22 de Dezembro. 1988. Lei de Protecção do Património Cultural. *Boletim da República*, nº 51 (I).

MACAMO, S. (Coord.) 2003a. Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios. Maputo: Ministério da Cultura, Direcção Nacional do Património Cultural.

MACAMO, S. 2003b. Dicionário de Arqueologia e Património Cultural de Moçambique. Maputo: Ministério da Cultural e UNESCO.

MACAMO, S. 1996. The Problems of Conservation of Archaeological Sites in Mozambique. Pwiti, G. & Soper, R. (Eds.). In *Aspects of African Archaeology*, 813 – 16. Harare, University of Zimbabwe Publications.

MACAMO, S. 2006. Privileged Places in South Central Mozambique: The archaeology of Manyikeni, Niamara, Songo and Degue – Mufa (Tese de Doutoramento). *Studies in Global Archaeology* 4, Maputo: DAA – UEM/ Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History, University of Uppsala.

MACAMO, S. 2012. Constituição do Inventário Nacional do Património Cultural: Monumentos, Conjuntos e Sítios (Texto de apoio não publicado, na posse da autora), UEM-DAA/Maputo.

MACAMO, S & EKBLÖM, A. 2005. “*Projectos SAREC e a participação das Comunidades locais na pesquisa arqueológica*”: O caso do distrito de Vilankulo (Coord. Benigna Zimba e José P. Casiano). Maputo. Maputo, UEM: 125-138.

MACAMO, S & MACHAVA, B. 2011. “*An Archaeological Analysis of Pottery from Massingir District, Southern Mozambique*”. Department of Archaeology and Anthropology, Faculty of Arts and Social Sciences, Eduardo Mondlane University. *South African Archaeological Bulletin* 66, pp. 113-120.

MACAMO & RISBERG. 2007. “The Archaeology of Massingir, Gaza Province, Southern Mozambique.” In: Gilbert Pwiti, Chantal Radimilahy and Felix Chami (eds.) *Settlements, Economies and Technology in the African past*. Studies in the African Past, 5: 67-82.

MACHAVA, B. 2007. Massingir na transição do primeiro ao segundo milénio AD e os estabelecimentos Tsonga: uma contribuição através da análise cerâmica. Relatório não Publicado. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História.

MEC 2007. *Colectânea da Legislação Cultural de Moçambique*. 1ª Edição. Maputo: MEC.

MEDEIROS, M. C & SURYA, L. 2009. A importância da educação patrimonial para a preservação do património. ANPUH – XXV, Simpósio Nacional de História – Fortaleza, Universidade de Porto.

MENESES, M. P. G. 1989. Glossário dos conceitos e termos básicos utilizados em arqueologia (Texto não publicado). Maputo, UEM/DAA.

MENESES, M. P. G. 1999b. *New Methodological Approaches to the Study of the Acheulean from Southern Mozambique*. New Brunswick, New Jersey: Graduate School-New Brunswick Rutgers, The State University of New Jersey

MONTEIRO, J. P. 2009. Património Arqueológico: A protecção Jurídico – Administrativa do sítio arqueológico do Pacoval à luz do princípio democrático. UNIFAP - Dissertação de Mestrado.

MORAIS, J. M., 1988. *The Early Farming Communities of Southern Mozambique*. (Studies in African Archaeology 3). Maputo: Eduardo Mondlane University Mozambique. Stockolm: Central Board of National Antiquities.

MORAIS, L. F. 2010. Contributos da Valorização do Património Arqueológico para o desenvolvimento Local: Património, Turismo e Desenvolvimento Rural. Actas do XII Colóquio de Geografia, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa.

MORAIS, J. M. & P. J. J. SINCLAIR. 1980. Manyikeni, a Zimbabwe in southern Mozambique. In: *Proceedings, 8th Panafrican Congress of Prehistory and Quaternary Studies*, Leakey, R. E. & Ogot, B. A. (eds.), 351–4. Nairobi: International Louis Leakey Memorial Institute for African Prehistory.

MUCAVELE, E. 2012. Estratégias de Preservação e Valorização do Património Cultural Edificado da Baixa da Cidade de Maputo. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Instituto Superior de Arte e Cultura (ISArC).

MUOCHA, M. 2005. O uso das placas para a identificação do património: estudo de caso das estações arqueológicas do distrito de Vilankulo, 1943 – 2004 (dissertação de licenciatura). Maputo: Departamento de História/UEM.

MUOCHA, M. 2014. Educação Patrimonial no contexto da Gestão do PC. In: *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique* (Albino Jopela, coord.). Maputo: Ministério da Cultura, DNPC: 59-66.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. “Perfil Distrital de Massingir” Edição 2005.

NAJJAR, R. 2010. Preservação do Património Arqueológico: normas e práticas no Brasil. CNA/IPHAN – Ministério da Cultura.

NAVARRO, B. J. 2012. A Estação Central de Maputo no Contexto Das Políticas da Preservação do Património Edificado de Moçambique: Estudo de Caso. Centro Inter-universitário de História das Ciências e da Tecnologia. *Historiæ*, Rio Grande, 3 (1). Pp. 171-200.

NETTO, C. A. 2008. Preservação do Património Arqueológico – reflexões através do registo e transferência da informação. Núcleo de documentação e informação histórica regional da Universidade Federal de Paraíba-Brasília, 37: 7-17.

PARDI, M. L. 2002. “*Gestão de Património Arqueológico, Documentação e Política de preservação*”. Dissertação de mestrado. Goiânia.

PEDROSA, P. C. 2011. Significância Cultural como Critério para a Conservação do Património Mundial. Tese de Mestrado, UFPE.

- PEREIRA, A. B. 2012. “*A protecção constitucional ao património cultural: a acção civil pública como instrumento de efectividade*”. I Encontro Internacional de Direitos Culturais. Fortaleza Ceará – Brasil.
- POLICARPO, I. P. 2011. Classificar: como, porquê e para quê? O caso do Mosteiro de Santa Maria de Seíça. Direcção regional de cultura do centro.
- QUEROL, M. A. 1992. “*Los Mecanismos de Proteccion del Patrimonio Arqueologico*”. Trabajos de Pré – História, 49: 27 – 34.
- RESOLUÇÃO 12/2010. Política de Monumentos: Boletim da República de Moçambique, 22 (I).
- SAMUELS, K. 2008. “*Value and Significance in archaeology*”. Archaeological Dialogues Cambridge University Press.
- SANTOS, A. S. (S/d) “*A participação da Sociedade na Protecção do Património Cultural*”. Programa Ambiental a última arca de Noé. São Paulo.
- SAETERSDAL, T. 2004. Places, people and ancestors: archaeology and society in Manica, Mozambique (Tese de Doutoramento). Bergen: University of Bergen.
- SINCLAIR, P. J. J. 1987b. *Space, Time and Social Formation: a territorial approach to the archaeology and anthropology of Zimbabwe and Mozambique c. 0–1700 AD*. (AUN 9). Uppsala: Societas Archaeologica Upsaliensis.
- UNESCO 1972. Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris: Centro do Património Mundial/UNESCO.
- UNESCO 2001. Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático. Paris: Centro do Património Mundial/UNESCO
- ZANCHETI, S. M & HIDAKA, L. T. 2014. A declaração de significância de exemplares da Arquitectura Moderna. Textos para discussão, Volume 57, Série 2. Editora: Centro de estudos avançados da Conservação Integrada. Olinda.